

A USURA É PECADO!

SAGRADA ESCRITURA

PADRES DA IGREJA - IDADE MÉDIA - CONCÍLIOS

SUMA TEOLÓGICA

USARA NA MODERNIDADE: LEÃO X ATÉ PACELLI

A ENCICLOPÉDIA CATÓLICA

ARTIGO: A USURA AINDA É PECADO?

SAGRADA ESCRITURA

Êxodo, Capítulo 22, Versículo 25

25 Se emprestares algum dinheiro aos do meu povo,
— 300 —

Êxodo 22, 26-31; 23, 1-2

que são pobres entre vós, não o apertes como exator inexorável, nem o oprimas com usuras.

Levítico, Capítulo 25, Versículos 35-37

35 Se teu irmão se achar muito pobre, e não puder já trabalhar de mãos; e se tu o receberes como um estrangeiro, que veio de fora, e ele viver contigo: (7)

36 não recebas usura dêle, nem o executes por mais do que o que tu lhe deste. Teme a teu Deus, para que teu irmão possa viver em tua casa.

37 Não lhe darás o teu dinheiro a usura, nem exigirás dêle mais grão do que o que tu lhe houveres dado.

19 Não emprestarás com usura a teu irmão nem dinheiro, nem grão, nem outra qualquer coisa que seja:

20 Mas somente ao estrangeiro. A teu irmão porém emprestarás o que ele houver mister, sem daí tirares

(4) **NAO HAVERÁ, ETC.** — Os Setenta juntam a palavra “sagrado”. Nenhuma legislação foi mais severa contra a prostituição, do que a mosaica, condenando ao fogo a filha do sacerdote que se prostituísse. Lev 21, 9.

— 228 —

Deuteronômio 23, 21-25; 24, 1.

algum interesse: para que o Senhor teu Deus te abençoe em tudo o que fizeres na terra, em cuja posse estás para entrar.

SALMO 14

SALMO DIDÁTICO. O PROFETA NESTE SALMO DIZ QUE OS VERDADEIROS MEMBROS DA IGREJA SÃO AQUELES QUE VIVEM EM JUSTIÇA, E QUE POR ELA TERÃO LUGAR NA CELESTIAL SIAO.

1 Salmo de Davi. (1)

Senhor, quem habitará no teu tabernáculo? Ou quem descansará no teu santo monte?

2 O que caminha na inocência, e faz obras de justiça:

3 O que fala verdade no seu coração, o que não fez engano com a sua língua:

Nem fez mal a seu próximo, nem consentiu que se infamassem seus próximos.

4 O que nos seus olhos olha o malvado como um nada: Mas honra aos que temem ao Senhor: (2)

O que jura a seu próximo, e não o engana. (3)

5 O que não deu a usura o seu dinheiro, nem recebeu dádivas sobre o inocente:

O que faz estas coisas descansará eternamente.

Salmo 54, Versículos 10-16

10 Destrói, Senhor, confunde as línguas deles: Porque tenho visto a injustiça, e a contradição na cidade. (5)

11 Dia e noite a cercará sobre seus muros a iniquidade: E opressão está no meio dela,

12 e injustiça.

E não faltou de suas praças usura, e engano.

Salmo 54, 13-18

13 Porque se o meu inimigo houvera falado mal de mim, eu o houvera sofrido por certo.

E se aquêle que me tinha em aborrecimento, houvera falado de mim com insolência, talvez me houvesse escondido dêle.

14 Mas tu homem de um coração comigo, minha guia, e meu conhecido: (6)

15 Que juntamente comigo tomavas doces manjares: Na casa do Senhor andamos acordes. (7)

16 Venha a morte sôbre êles: E desçam vivos ao inferno:

Porque há malícia nas moradas dêles, no meio dêles.

Ezequiel, Capítulo 18, Versículos 4-9

4 Eis-aí está que tôdas as almas são minhas, como o é a alma do pai, assim também a alma do filho é minha: Alma que pecar, essa morrerá.

5 E se um homem fôr justo, e obrar conforme a eqüidade, e a justiça:

6 Se não comer nos montes, e não levantar os seus olhos para os ídolos da casa de Israel: E se não ofender a mulher do seu próximo, e não se ajuntar com a menstruada: (1)

Ezequiel 18, 7-13

7 E se não entristecer a ninguém: Se tornar o penhor ao seu devedor; se não tirar nada do alheio por violência: Se der do seu pão ao que tem fome, e ao nu cobrir com vestido: (2)

8 Se não emprestar a juro, e não receber mais do que o que emprestou: Se apartar a sua mão da iniquidade, e fazer um verdadeiro juízo entre homem e homem: (3)

9 Se andar nos meus preceitos, e guardar os meus mandamentos, para obrar segundo a verdade: Êste tal é justo, certissimamente viverá, diz o Senhor Deus.

6 Eis-aí está que os príncipes de Israel se firmaram cada um na fôrça do seu braço, para derramarem o sangue no meio de ti.

7 Êles trataram com afrontas no meio de ti a seu pai, e a sua mãe, caluniaram o estrangeiro no meio de ti, e entristeceram em tua casa o pupilo e a viúva:

8 Desprezaste o meu santuário, e profanaste os meus sábados.

9 No meio de ti houve homens caluniadores para derramarem o sangue, e entre ti comeram sôbre os montes, cometeram a maldade no meio de ti.

10 Descobriram as mais recatadas partes de seu pai no meio de ti, humilharam no meio de ti a mulher na ocasião do seu mênstruo: (1)

11 E cada um desonrou a mulher do seu próximo com abomináveis atos, e o sogro corrompeu com um horrível incesto a sua nora, o irmão fêz violência à própria irmã, à filha de seu pai, no meio de ti.

12 Êles receberam presentes no meio de ti para derramarem o sangue: Tu recebeste ganhos e interêsses ilegítimos, e levado da avareza caluniavas a teus próximos: E tu te esqueceste de mim, diz o Senhor Deus.

13 Por isso eu bati com as mãos uma na outra, declarando-me contra a tua avareza, que exercitaste, e contra o sangue que se derramou no meio de ti.

14 Porventura estará firme o teu coração, ou pre-

Ezequiel 22, 15-25

valecerão as tuas mãos contra mim nos calamitosos dias que eu farei vir sôbre ti? eu o Senhor o disse, e o farei.

15 E te espalharei por entre as nações, e te deitarei ao vento para diversas terras, e farei cessar em ti a tua impureza.

CAPÍTULO 5

MURMURAÇÃO DOS POBRES CONTRA OS RICOS. EXORTAÇÃO
DE NEEMIAS AOS RICOS. SEU DESINTERESSE.

1 E levantou-se um grande clamor do povo, e de suas mulheres contra os judeus seus irmãos.

2 E havia quem dissesse: Nossos filhos, e nossas filhas são em excessivo número: vendamo-los, e compremos trigo para nos sustentar, e para vivermos.

3 Havia também quem dizia: Empenhemos os nossos campos, e as nossas vinhas, e as nossas casas, para têmos trigo durante a fome.

4 E outros diziam: Tomemos dinheiro emprestado para pagarmos os tributos do rei, e demos os nossos campos e vinhas:

5 E agora a nossa carne é como a carne de nossos irmãos, e os nossos filhos são como os filhos deles: Eis-aqui nós reduzimos nossos filhos, e nossas filhas à escravidão, e de nossas filhas são as escravas, e não temos com que poder resgatá-las, e estranhos são os que possuem nossos campos, e nossas vinhas.

6 E eu me enfadei muito quando ouvi os seus clamores segundo estas palavras:

7 E considerei isto, comigo, mesmo no meu coração: E repreendi os magnates e os magistrados, e lhes disse: Porventura cada um de vós pretendeis de vossos irmãos usura? E convoquei contra eles um grande ajuntamento,

2 Esdras 5, 8-15

8 e lhes disse: Nós, como sabeis, segundo nossas posses, resgatamos os judeus nossos irmãos, que tinham sido vendidos às gentes: E vós vendereis agora vossos irmãos, e que nós os tenhamos de resgatar? E eles ficaram em silêncio, e não souberam que me responder.

9 E eu lhes disse: Não é boa coisa o que vós fazeis: Porque não andais vós no temor do nosso Deus, não suceda que nos lancem isto em rosto os povos nossos inimigos?

10 E eu, e meus irmãos, e os meus criados temos emprestado a muitos dinheiro e trigo: Convenhamos todos em não lhes pedir nada, e em os dar por quites do que eles nos devem.

11 Restitui-lhes hoje os seus campos, e as suas vinhas, e os seus olivais, suas casas: Pagai ainda mesmo por eles a centésima do dinheiro, do trigo, do vinho, e do azeite, que vós costumáveis cobrar deles.

São Mateus, Capítulo 5, Versículo 42, Jesus diz:

42 Dá a quem te pede, e não voltes as costas ao que deseja que lhe emprestes.

São Lucas, Capítulo 6, Versículo 35, Jesus diz:

35 Amai pois a vossos inimigos: Fazei bem, e emprestai, sem daí esperardes nada: E tereis muito avultada recompensa, e sereis filhos do Altíssimo, que faz bem aos mesmos que lhe são ingratos e maus.

Usura e os Padres da Igreja Primitiva

Clemente de Alexandria: A questão da usura fez sua primeira aparição na literatura cristã na obra *Paidagogos* de Clemente (cerca de 197 d.C.), uma instrução para os novos convertidos sobre a conduta cristã nos assuntos cotidianos... Quanto ao 'homem justo', Clemente cita Ezequiel: 'Seu dinheiro não será emprestado com usura, e não tomará juros...'. Esse tema é retomado alguns anos depois no segundo livro de sua obra principal, *Stromateis*.

Tertuliano aborda o tema dos juros em seu tratado sobre a teologia do Novo Testamento, *Adversus Marcionem*, onde ensina que o Evangelho não abole a lei do Antigo Testamento, mas a supera. Tertuliano escreve sobre o homem justo: "Ele não... emprestou seu dinheiro a juros, e não aceitará nenhum aumento — significando o valor excedente devido aos juros, que é usura."

No início do século IV, o Cânon 20 do **Concílio de Elvira** proibiu todos os clérigos e leigos de participarem do pecado de cobrar juros sobre empréstimos, sob pena de excomunhão.

Cânon 20 do **Concílio de Elvira**

Canon 20

XX. De clericis et laicis usurariis.

Si quis clericorum detectus fuerit usuras accipere, placuit eum degradari et abstineri. Si quis etiam laicus accepisse probatur usuras, et promiserit correptus iam se cessaturum nec ulterius exacturum, placuit et veniam tribui: si vero in ea iniquitate duraverit, ab ecclesia esse proiiciendum.

Se alguém dos clérigos for descoberto recebendo usuras, decidiu-se que ele seja degradado e afastado. Se algum leigo também for provado de ter recebido usuras, e prometer, após ser corrigido, que cessará e não exigirá mais, decidiu-se que será concedido perdão; mas, se persistir nessa iniquidade, deverá ser expulso da Igreja.

São Jerônimo, em seu *Commentaria in Ezechielem*, afirmou que a proibição contra a usura entre os israelitas foi tornada universal pelo Novo Testamento. Ele afirmou que todo e qualquer juros sobre dinheiro é proibido. "Nunca se deve receber mais do que o valor emprestado."

Hilário de Poitiers, em seu *Tractatus in Psalmum XIV*: "Se você é cristão, por que trama ter seu dinheiro ocioso (*otiosam pecuniam*) gerando retorno e fazer com que a necessidade de seu irmão, por quem Cristo morreu, seja a fonte de seu enriquecimento?"

São Basílio, em sua segunda Homilia sobre o Salmo 15 (Septuaginta): "Este pecado é denunciado em muitos lugares nas Escrituras. Ezequiel considera a cobrança de juros e a devolução de mais do que foi dado como um dos maiores males, e a Lei proíbe especificamente essa prática: 'Você não cobrará juros de seu parente ou de seu vizinho.' E novamente as Escrituras dizem: 'Engano sobre engano, e juros sobre juros.' Um certo Salmo diz, a respeito de uma cidade que prospera em meio a uma multidão de males, 'A cobrança de juros e o engano nunca faltam em suas praças.' E agora o profeta identifica exatamente isso como a característica da perfeição humana, dizendo: 'Eles não emprestam dinheiro a juros.'

“...para aqueles que definem as taxas de juros, seu dinheiro é emprestado e gera juros, produzindo ainda mais... É dessa tendência a multiplicar que essa espécie de ganância recebe seu nome... diz-se que os empréstimos ‘geram’ juros devido à grande fecundidade do mal... A prole dos juros poderia até ser chamada de uma ‘ ninhada de víboras’... você não deve ter nada a ver com essa criatura monstruosa.”

São Basílio então começa uma longa exortação contra o empréstimo de dinheiro, sobre a responsabilidade de pagar uma dívida, e as virtudes da frugalidade e de viver dentro dos próprios meios. Ele afirma ainda: “Escutem, vocês, ricos, o tipo de conselho que estou dando... devido à sua desumanidade... Se vocês precisam buscar um retorno sobre o seu investimento, contentem-se com o que vem do Senhor... Vocês deveriam esperar as características da filantropia do verdadeiro Filantropo. Desta forma, os juros que vocês recebem de volta mostram todas as características de extrema misantropia...”

“Não recuse a ninguém que queira tomar emprestado de você,” e “não empreste seu dinheiro com juros;” esses mandamentos do Antigo e do Novo Testamento foram dados para que você aprenda o que é para seu benefício, e assim parta para o Senhor com uma boa esperança, recebendo lá o retorno sobre suas boas obras, em Cristo Jesus Nosso Senhor, a quem seja a glória e o domínio para todo o sempre.”

São Gregório de Níssa, em *Contra usurarios* (cerca de 379 d.C.), invoca a vingança do Todo-Poderoso sobre aquele que empresta dinheiro com juros. Ele afirma ainda: “...emprestar com juros pode ser chamado de ‘outro tipo de roubo ou derramamento de sangue... já que não há diferença em obter a propriedade de alguém através de um roubo furtivo em sua casa e adquirir o que não é seu ao exigir juros.” Gregório de Níssa descreve o usurário como uma “serpente venenosa” e um espírito maligno, semelhante a uma besta. Referindo-se às palavras da oração do Pai Nosso de Jesus Cristo — “Perdoai-nos as nossas dívidas, assim como perdoamos aos nossos devedores” — Gregório pergunta: “Como você pode rezar assim, ó usurário? Como você pode fazer um pedido a Deus com boa consciência, já que Ele tem tudo e você não sabe como dar?”

Em *De beneficentia*, São Gregório de Níssa censura os malfeitores que praticam de forma hipócrita atos externos de piedade, como o jejum. Ao fazer isso, ele utiliza termos associados aos usurários: “Renunciem aos lucros desonestos! Façam a sua ganância por Mammon morrer de fome! Que não haja nada em sua casa que tenha sido adquirido por violência ou roubo. De que adianta manter carne fora da sua boca se você morde seu irmão com maldade... Que tipo de piedade ensina você a beber água enquanto trama e bebe o sangue de um homem que você traiu vergenhosamente?”

Para **São Gregório de Nazianzeno**, o usurário é um parasita pecador, “colhendo onde não semeou e ceifando onde não espalhou” (*Oratio*). Catalogando uma lista de pecados mortais, Gregório de Nazianzeno afirma: “Um de nós oprimiu os pobres e arrancou dele a sua porção de terra, e falsamente invadiu seu marco de terras por fraude ou violência, e juntou casa a casa, e campo a campo, para roubar algo de seu vizinho, e se apressou em não ter vizinho, para habitar sozinho na terra. Outro contaminou a terra com usura e juros, colhendo onde não semeou...” (*Oration 16*)

Santo Ambrósio, em sua obra mencionada *De Tobia*, escrita em 380 d.C., declarou que a cobrança de juros sobre empréstimos de dinheiro é equivalente ao assassinato. Ele declarou a usura como um pecado mortal em *De officiis ministrorum* e *De Nabuthe*. Em *De bono mortis*, Ambrósio afirmou que os usurários sofrerão condenação eterna. Em *De Tobia*, Ambrósio descreveu o usurário como um “monstro” e “diabo”, mesmo quando emprestando a 1% de juros (“o centésimo”): “O dinheiro é dado, é chamado de empréstimo; é denominado dinheiro a juros, é designado como capital; é registrado como dívida; este enorme monstro de muitas cabeças causa cobranças frequentes; o usurário nomeia o vínculo, fala da assinatura, exige segurança, fala de penhor, pede fiadores; ele reivindica a obrigação legal, se gaba dos juros, elogia o centésimo... O diabo é um usurário... o Salvador não devia nada, mas Ele pagou por todos... O usurário do dinheiro... exige seu centésimo... o Redentor veio para salvar a centésima ovelha, não para destruí-la.”

São João Crisóstomo ensinou que a usura era sem vergonhice: “O que pode ser mais irracional do que semear sem terra, sem chuva, sem arados? Todos aqueles que se entregam a essa cultura maldita colherão apenas ervas daninhas. Cortemos esses monstruosos filhos de ouro e prata; vamos parar com essa fecundidade execrável.”

Papa São Leão I: Em sua encíclica *Ut nobis gratulationem*, de 444 d.C.:

“Algumas pessoas emprestam seu dinheiro a juros para se tornarem ricas. Devemos nos queixar disso, não apenas em relação àqueles em cargos eclesiásticos, mas igualmente nos entristece ver que isso é verdade também para leigos que desejam ser chamados de cristãos. Decretamos que aqueles que forem encontrados culpados de receber esse turpe *lucrum* (lucro vergonhoso) sejam severamente punidos.”

Santo Agostinho denunciou o pecado dos juros sobre o dinheiro em *De consensu evangelistarum*.

Em 789 d.C., **Carlos Magno**, em sua Admonitio Generalis, proibiu a usura por todas as pessoas, leigos e clérigos, em todas as terras do Sacro Império Romano, citando as seguintes autoridades: “(1) o Concílio de Niceia, (2) a carta acima mencionada do Papa Leão, (3) os Canones Apostolorum e (4) as Escrituras.” O Concílio Católico de Aix-la-Chapelle promulgou a Admonitio Generalis de Carlos Magno como doutrina da igreja.

No Capitulário de Nijmegen de Carlos Magno, de março de 806, ele define a usura na cláusula 11 como “reclamar mais do que você deu; por exemplo, se alguém deu 10 solidi e pede mais do que 10 em troca, isso é usura.” Na cláusula 16: “Empréstimo (foenus) consiste em fornecer algo; o empréstimo é justo e correto quando não se exige mais do que o que foi fornecido.” Carlos Magno impôs pesadas multas para a usura.

O **Rei Alfredo, o Grande** (849-899), ordenou que a cobrança de juros sobre empréstimos de dinheiro fosse ilegal em toda a Inglaterra. Aqueles que recebessem receita de empréstimos usurários teriam sua propriedade confiscada. O sepultamento cristão lhes seria negado.

Ensino Unânime dos Papas no Medievo

Essa unanimidade dos Pais da Igreja primitiva resultou em uma cristalização da hostilidade contra os empréstimos com juros em inúmeros decretos de papas, concílios, monarcas e legisladores por toda a Cristandade. O direito canônico foi moldado de acordo com essas proibições, que foram reforçadas pelo **Concílio de Arles** em 314 e pelo **Concílio de Niceia** em 325: "Porque muitos da Ordem Eclesiástica, sendo levados pela cobiça e pelo desejo de ganho vil, esqueceram as Sagradas Escrituras que dizem: 'Ele não deu seu dinheiro com usura', e exercem usura, de modo a exigir todo mês a centésima parte do principal, o santo sínodo considera justo que, se alguém tomar tal uso, por transação secreta, ou exigindo o principal e metade do principal por juros, ou tramando qualquer outra fraude por lucro imundo, seja deposto do clero e riscado da lista." (**Concílio de Niceia**, cânon XVII).

Toda grande assembleia da Igreja, desde o **Concílio de Elvira** em 306 até o de **Viena** em 1311, condenou o empréstimo de dinheiro com juros. A fonte do Direito Canônico na Idade Média proibiu totalmente qualquer tipo de juros sobre os empréstimos.

A Luta Medieval Contra os Juros sobre o Dinheiro

"Os maiores governantes sob a influência da Igreja — Justiniano, no Império do Oriente; Carlos Magno, no Império do Ocidente; Alfredo na Inglaterra; São Luís na França — se submeteram plenamente a esse dogma. No século IX, Alfredo chegou ao ponto de confiscar as propriedades dos agiotas, negando-lhes sepultamento em terra consagrada; decretos semelhantes foram feitos em outras partes da Europa. No século XII... São Anselmo provou, a partir das Escrituras, que a cobrança de juros é uma violação dos Dez Mandamentos. Pedro Lombardo, em suas Sentenças,

considerou a cobrança de juros como pura e simples ladroagem. São Bernardo, ao reviver a seriedade religiosa na Igreja, adotou a mesma visão."

"O **Papa Urbano III**, em sua decisão sobre três casos de usura, reiterou a declaração de que a passagem de São Lucas proíbe a cobrança de qualquer tipo de juros: 'Vossa devoção buscou nossa opinião sobre (1) se aquele que não empresta, a menos que tenha a garantia de receber mais em retorno do que emprestou — embora não haja um acordo explícito a esse respeito — deve ser tratado no fórum interno como se fosse um usurário; (2) se ele é culpado da mesma ofensa (de quase-usura) aquele que, novamente, sem um acordo formal — se recusa a adiar o pagamento de uma dívida a menos que receba algum lucro; e igualmente (3) um comerciante que vende mercadorias a crédito por um preço muito mais alto do que receberia se o pagamento fosse feito imediatamente. A verdade sobre o assunto em todos os três casos está clara no evangelho de Lucas (6:35), onde é dito: 'Emprestai, sem esperar nada em troca.' Como toda usura e aumento são proibidos pela lei, tais homens devem ser considerados malfeitores por sua intenção de lucrar e, efetivamente, compelidos no fórum penitencial a devolver o que receberam.'"

"O **Papa Alexandre III** declarou que a proibição sobre esse assunto jamais poderia ser suspensa por dispensa."

Pronunciamento infalível

"...Essa ideia foi ainda mais firmemente consolidada no mundo pelos dois maiores pensadores da época: primeiro, por São Tomás de Aquino, que a incorporou na mente da Igreja... e depois por Dante, que retratou os agiotas em uma das piores regiões do inferno... O Papa Clemente V declarou que, se alguém 'presumir pertinazmente afirmar que a cobrança de juros sobre o dinheiro não é pecado, decretamos que ele seja considerado herege, digno de punição.' Este pronunciamento infalível vinculou o dogma com força adicional à consciência da Igreja universal."

"...Nem essa doutrina era imposta apenas pelos governantes; o povo também era igualmente rigoroso. Em 1390, as autoridades da cidade de Londres decretaram que, 'se alguém emprestar ou entregar a qualquer pessoa ouro ou prata para receber ganho com isso, tal pessoa será punida como usurário.' E no mesmo ano, os Comuns pediram ao rei que as leis de Londres contra a usura tivessem força de estatutos em todo o reino... No século XV, o Concílio da Igreja em Salzburgo excluiu da comunhão e do sepultamento aqueles que cobravam juros sobre o dinheiro, e essa era uma regra muito comum por toda a Alemanha..."

"Essa hostilidade teológica à cobrança de juros foi firmemente incorporada no direito canônico. Repetidamente, ele definiu a usura como a cobrança de qualquer valor além da quantia original exata de um empréstimo; e, sob a sanção da Igreja universal, denunciou isso como um crime e declarou que todas as pessoas que a defendessem eram culpadas de heresia."

"Na Inglaterra, 'houve uma longa série de decretos — os estatutos de Alfredo, de Guilherme, o Conquistador, de Henrique II, de Henrique III, de Eduardo I, de Eduardo III e de Henrique VII — que eram... decretos penais proibindo o empréstimo de dinheiro com qualquer tipo de juros, sob punições mais ou menos severas, que variavam desde a perda de bens, terras e sepultamento cristão sob Alfredo, até a perda de toda a substância, chicotadas, exposição no pelourinho e banimento perpétuo sob Guilherme, o Conquistador..."

Santo Anselmo (1033-1109), Arcebispo de Cantuária, em sua Homilia sobre Lucas, proibiu os juros sobre os empréstimos de dinheiro, declarando-os equivalentes a roubo.

Santo Alberto Magno ("Albertus Magnus," "Doutor Universalis"; 1193-1280): Alberto foi o mestre de São Tomás de Aquino; ele escreveu: 'A usura é e sempre foi, sem dúvida alguma, um pecado mortal, tanto segundo a lei natural quanto a lei escrita' (III Sent. dist. xxxvii, art. 13).

São Boaventura (1221-1274), Professor de Teologia na Universidade de Paris, Superior Geral da Ordem Franciscana; bispo e cardeal. Ele declarou que o cultivo de dinheiro estéril através da cobrança de juros é um pecado mortal e ganho antinatural: 'A moeda, por sua própria natureza, não frutifica.'"

Henrique Goethals de Gent ("Henricus Gandavensis," 1217-1293). Teólogo renomado e autor dos tratados sobre economia e comércio *Mercimoniis et Negotiationibus* e *Quaestiones Quodlibetales*. Neste último, ele demonstrou, com base na Bíblia e nos Pais da Igreja, que a Igreja proíbe os juros sobre o dinheiro porque eles são maus por si mesmos, e não devido a qualquer declaração eclesiástica ou direito canônico. A iniquidade da usura é estabelecida pela lei divina e não está sujeita a alteração."

Alessandro D'Alessandria (c. 1268-1314). Superior Geral da Ordem Franciscana e autor do *Tractatus de Usuris*. Natural da Lombardia, no norte da Itália, ele teve muito trabalho, já que sua terra natal estava repleta das operações bancárias usurárias dos seus conterrâneos italianos, os 'Lombardos'. (O coração das operações bancárias em Londres, Inglaterra, foi, até muito recentemente, sediado por séculos na 'Lombard Street'). Alexandre condenou os juros sobre o dinheiro tanto pela lei divina quanto pela lei natural."

História das leis eclesiásticas da Inglaterra: 'A usura, em um sentido estrito, parece ser um contrato sobre o empréstimo de dinheiro, para dar ao credor um certo lucro pelo seu uso, independentemente de quaisquer circunstâncias, seja o mutuário obtenha algum benefício com isso, ou o credor sofra algum prejuízo pela falta dele, ou seja ou não pago no dia combinado... Os usurários manifestos são proibidos de fazer testamentos ou dispor de seus bens por meio de seu testamento... a menos que satisfaçam pela usura; assim (também) são proibidos de obter qualquer benefício com o testamento de outros ou de serem capazes de receber qualquer legado de bens... Cânon 109: Se alguém prejudicar seus irmãos pela usura, os sacristãos... deverão apresentar fielmente tal infrator, para que ele seja punido pela severidade das leis, conforme seu merecimento, e tais infratores notórios não deverão ser admitidos à sagrada comunhão, até que sejam reformados. Em geral, diz-se pelas leis eclesiásticas, se um homem for um usurário

manifesto, não apenas seu testamento será nulo (como foi dito), mas seu corpo, após sua morte, não deve ser enterrado entre os corpos de outros cristãos, em qualquer igreja ou cemitério, até que haja restituição ou garantia apresentada, de acordo com o valor de tais bens. Pela lei do Rei Alfredo, foi ordenado que os bens dos usurários fossem confiscados para o rei, suas terras e heranças deveriam reverter aos senhores do feudo..."

O dogmático **Terceiro Concílio de Latrão** (1179)

25.⁵ Quia in omnibus fere locis crimen^g usurarum ita inolevit^h, ut multi aliis negotiis praetermissis quasi licite usuras exerçant, et qualiter utriusque Testamenti pagina condemnenturⁱ nequaquam attendant, ideo constituimus, ut usurarii manifesti nec ad communionem admittantur altaris nec christianam, si in hoc peccato decesserint, accipiant sepulturam, 25 sed nec eorum oblationem quisquam accipiat. Qui autem acceperit aut eos christianae tradiderit sepulturae, et ea quae acceperit^k reddere compellatur et, donec ad arbitrium sui^l episcopi satisfaciat, ab officii sui maneat executione suspensus.⁶

Cânon 25: 'Portanto, declaramos que os usurários manifestos não devem ser admitidos à comunhão do altar.'

"O **Papa Gregório IX** (1170-1241) foi eleito para o papado em 1227... O pontificado de Gregório foi marcado por uma batalha contínua contra a heresia, conforme indicado pelas constituições inseridas no Corpus iuris canonici, entre as quais foi incluído o decreto Naviganti de usuris. Este famoso decreto condenou todas as formas conhecidas de usura..."

Concílio de Viena (1311-1312)

Decreto 29 - '...se alguém cair no erro de acreditar e afirmar que não é pecado praticar a usura, decretamos que ele seja punido como herege..."

Decreto 29 completo

"[29]. Foram feitas sérias sugestões a nós de que comunidades em certos lugares, para a desagrada de Deus e dano do próximo, em violação tanto da lei divina quanto da humana, aprovam a usura. Por seus estatutos, às vezes confirmados por juramento, não apenas permitem que os juros sejam exigidos e pagos, mas deliberadamente obrigam os devedores a pagá-los. Por esses estatutos, impõem pesadas cargas àqueles que reivindicam o retorno dos pagamentos usurários, utilizando também vários pretextos e fraudes engenhosas para dificultar o retorno. Nós, portanto, desejando erradicar essas práticas perniciosas, decretamos, com a aprovação do sagrado concílio, que todos os magistrados, capitães, governantes, côsules, juízes, conselheiros ou quaisquer outros oficiais

dessas comunidades que presumirem, no futuro, criar, escrever ou ditar tais estatutos, ou decidirem conscientemente que a usura seja paga ou, se paga, que não seja totalmente e livremente restaurada quando reclamada, incorrerão na sentença de excomunhão. Eles também incorrerão na mesma sentença, a menos que, dentro de três meses, excluam dos livros de suas comunidades, se tiverem o poder, estatutos desse tipo publicados até o momento, ou se presumirem observar de qualquer forma esses estatutos ou costumes. Além disso, uma vez que os agiotas, na maior parte, entram em contratos usurários com tanta frequência de maneira secreta e astuta que só podem ser condenados com dificuldade, decretamos que eles sejam compelidos, por censura eclesiástica, a abrir seus livros de contabilidade, quando houver questionamento sobre usura. Se, de fato, alguém cair no erro de presumir afirmar pertinazmente que a prática da usura não é pecaminosa, decretamos que ele seja punido como herege; e ordenamos estritamente aos ordinários locais e inquisidores da heresia que procedam contra aqueles que encontrarem suspeitos de tal erro, como o fariam contra os suspeitos de heresia."

A Constituição do (Terceiro) Concílio Lateranense contra os usurários, a ser "observada de maneira inviolável"

Em 1274, o **Segundo Concílio de Lyon**, presidido pelo Papa Gregório X, reafirmou o dogma do Terceiro Concílio Lateranense contra todo tipo de juros sobre o dinheiro e ordenou que a Constituição do Concílio contra os usurários fosse "observada de maneira inviolável."

Segundo Concílio de Lyon

Constituição 26

“Desejando conter o cancro da usura que devora as almas e esgota os recursos, ordenamos que a constituição do Concílio Lateranense contra os usurários seja observada de maneira inviolável sob ameaça de maldição divina. E, uma vez que quanto menos oportunidades forem dadas aos usurários, mais facilmente será destruída a prática da usura, decretamos, por meio desta constituição, que nenhuma comunidade ou associação, nem qualquer indivíduo, independentemente de seu cargo, patente ou status, permita que estrangeiros e não residentes de seus domínios, que pratiquem publicamente ou desejem praticar usura, aluguem escritórios para esse fim em seus territórios ou retenham os que já possuem, nem permitam que habitem em outros locais; pelo contrário, deverão expulsar todos os usurários conhecidos de seus territórios dentro de três meses e não permitir seu retorno no futuro. Ninguém deverá alugar ou, sob qualquer outro título, permitir que usem suas casas para a prática de usura. Aqueles que agirem de outra forma, se forem eclesiásticos, patriarcas, arcebispos ou bispos, incorrerão em suspensão; indivíduos de menor grau incorrerão em excomunhão, e comunidades e outras associações serão colocadas sob interdição. Se, por obstinação, desrespeitarem essas censuras por mais de um mês, seus territórios serão colocados e permanecerão sob interdição enquanto os usurários permanecerem lá. Se, no entanto, forem leigos, então, independentemente de qualquer privilégio, que seus ordinários os restrinjam de tais excessos por meio de censura eclesiástica.”

Constituição 27

Embora os usurários notórios tenham feito provisões definitivas ou gerais em seus testamentos no que diz respeito à restituição dos juros cobrados ilegalmente, o sepultamento eclesiástico lhes será negado até que haja plena satisfação para com aqueles a quem a restituição é devida, se estes estiverem disponíveis; no caso de estarem ausentes, para aqueles que têm autorização para agir em nome deles. Se estes também estiverem ausentes, a restituição deverá ser feita ao ordinário da localidade, ou ao seu vigário, ou ao pároco do testador, na presença de testemunhas residentes naquela paróquia (nesse caso, o ordinário, vigário e reitor podem, pela autoridade desta constituição, receber em seu nome e na presença de testemunhas uma garantia sobre a qual uma ação legal poderá ser baseada), ou, a pedido do ordinário, uma garantia sobre a restituição a ser feita poderá ser dada a um notário competente. Se o valor da usura recebida for conhecido, este deverá ser sempre expresso na garantia acima mencionada; caso contrário, o valor será determinado por quem recebe a garantia. No entanto, ele não poderá fixar conscientemente esse valor em uma quantia inferior ao que acredita ser o valor correto, caso contrário, será obrigado a fazer a restituição do restante.

Todos os religiosos e outros que ousarem, em contrariedade a esta constituição, admitir usurários notórios ao sepultamento eclesiástico, decretamos que incorrerão na penalidade prescrita pelo Concílio Lateranense contra os usurários.

Ninguém poderá testemunhar os testamentos de usurários notórios, nem ouvir sua confissão ou dar-lhes absolvição, a menos que façam a restituição integral ou deem uma garantia satisfatória a esse respeito, na medida de seus recursos.

Testamentos de usurários notórios que não seguirem essa ordem são, ipso iure, inválidos.

SÃO TOMÁS DE AQUINO CONTRA A USURA

Suma *teológica*

JUSTIÇA – RELIGIÃO – VIRTUDES SOCIAIS

VOLUME 6

II SEÇÃO da II PARTE – QUESTÕES 57-122

QUESTÃO 78: O PECADO DE USURA, ARTIGO 1

QUAESTIO LXXVIII
DE PECCATO USURAE
in quatuor articulos divisa

Deinde considerandum est de peccato usurae, quod committitur in mutuis.

Et circa hoc quaeruntur quatuor.

Primo: utrum sit peccatum accipere pecuniam in pretium pro pecunia mutuata, quod est accipere usuram.

Secundo: utrum liceat pro eodem quamcumque utilitatem accipere quasi in recompensationem mutui.

Tertio: utrum aliquis restituere teneatur id quod de pecunia usuraria iusto lucro lucratus est.

Quarto: utrum liceat accipere mutuo pecuniam sub usura.

QUESTÃO 78
O PECADO DE USURA^a
em quatro artigos

Deve-se tratar agora do pecado de usura que se comete nos empréstimos.

A questão compreende quatro artigos:

1. É pecado receber dinheiro em pagamento do dinheiro emprestado, o que constitui a usura?
2. É lícito receber por esse mesmo dinheiro qualquer preceito, como que em recompensa do empréstimo?
3. Há obrigação de restituir o justo lucro que se ganhou com dinheiro usurário?
4. Pode-se tomar dinheiro emprestado com a condição de pagar usura?

ARTIGO 1

É pecado receber juros pelo dinheiro emprestado?

QUANTO AO PRIMEIRO ARTIGO, ASSIM SE PROCEDE: parece que **não** é pecado receber juros pelo dinheiro emprestado.

1. Com efeito, ninguém peca seguindo o exemplo de Cristo. Ora, o Senhor diz de si mesmo: “De volta, eu o receberia com juros”, isto é: o dinheiro emprestado. Logo, não é pecado receber juros pelo dinheiro emprestado.

2. ALÉM DISSO, o Salmo proclama: “A lei do Senhor é imaculada”, precisamente por proibir o pecado. Ora, na lei divina se autoriza certa espécie de usura, com se lê no livro do Deuteronômio: Não exigirás de teus irmão juro algum nem por dinheiro nem por víveres nem por coisa alguma; podes exigi-lo do estrangeiro” Mais ainda, há uma promessa pela observância da lei nestes termos: “Darás emprestado a muitas nações e não

tomarás emprestado de nenhuma” Logo, receber juros não é pecado.

3. ADEMAIS, nas coisas humanas, a justiça é determinada pelas leis civis. Ora, estas permitem cobrar juros. Logo, essa prática não parece ser ilícita.

4. ADEMAIS, não seguir os conselhos evangélicos não constitui pecado. Ora, o Evangelho, entre outros conselhos, dá este: “Emprestai, sem nada esperardes por isso.” Logo, receber juros não é pecado.

5. ADEMAIS, receber pagamento pelo que não se está obrigado a fazer não parece ser, em si mesmo, pecado. Ora, quem tem dinheiro não está obrigado, em qualquer caso, a emprestá-lo ao próximo. Logo, lhe será lícito, às vezes, receber uma retribuição pelo empréstimo.

6. ADEMAIS, as moedas de prata e os vasos de prata têm a mesma natureza. Ora, é lícito receber um pagamento pelo empréstimo de vasos de prata. Logo, será permitido receber um preço pelo empréstimo de moedas de prata. Portanto, a usura não é por si pecado.

7. ADEMAIS, qualquer um pode receber licitamente o objeto que o proprietário lhe dá livremente. Ora, quem toma emprestado oferece livremente juros a quem lhe empresta. Logo, este pode licitamente recebê-los.

EM SENTIDO CONTRÁRIO, está dito no livro do Êxodo: “Se emprestares a alguém de meu povo, a um pobre que vive ao teu lado, não o apertarás como um cobrador, nem o oprimirás com juros.”

RESPONDO. Receber juros por um dinheiro emprestado é, em si mesmo injusto, pois se vende o que não existe. O que constitui manifestamente uma desigualdade contrária à justiça. Para evidenciá-lo, devemos considerar que o uso de certos objetos se confunde com o seu consumo. Consumimos o vinho para nossa bebida e o trigo para nosso alimento. O uso de tais coisas não se deve separar de sua própria realidade, mas a quem se concede o uso se concede o próprio objeto. Por isso, o empréstimo dessas coisas transfere o domínio sobre elas. Quem pretendesse vender o vinho separadamente do uso dele, venderia a mesma coisa duas vezes ou venderia o que não existe. Portanto, pecaria manifestamente por injustiça. Pela mesma razão, comete injustiça quem empresta vinho ou trigo, exigindo duas compensações: uma, a restituição da própria coisa; e a outra, o preço de seu uso, chamado usura.

Ao invés, há outras coisas cujo uso não se confunde com o consumo delas. Assim, o uso de

2

DE USURA, ARTIGO 1

uma casa consiste em habitá-la, não em destruí-la. Pode-se fazer uma cessão distinta do uso e da propriedade. Transfere-se, por exemplo, a outrem o domínio de uma casa, reservando para si o uso por certo período, ou inversamente, cede-se o uso da casa e conserva-se para si o domínio. Por conseguinte, pode-se receber o preço pelo uso da casa, e, além disso, reclamar de volta a casa emprestada, como se pratica no arrendamento ou na locação de um imóvel.

Mas, o dinheiro foi principalmente inventado, segundo o Filósofo, para facilitar as comutações; e, assim, o uso próprio e principal do dinheiro é ser consumido ou despendido, pois se gasta nas comutações. Por isso, é, em si mesmo, ilícito perceber um preço pelo uso do dinheiro emprestado, o que se chama usura. E como se está obrigado a restituir tudo o que é injustamente adquirido, deve-se restituir o que foi recebido como usura.

QUANTO AO 1º, portanto, deve-se dizer que a usura, nessa passagem, se toma em sentido metafórico. Designa o acréscimo dos bens espirituais que Deus exige, querendo que progridamos sempre no uso dos bens que dele recebemos. O que redunde em utilidade nossa, não sua.

QUANTO AO 2º, deve-se dizer que foi proibido aos judeus cobrar juros de seus irmãos, isto é, de outros judeus. O que dá a entender que perceber juros de quem quer que seja é um mal em si. Pois, devemos considerar todo homem como próximo e irmão, sobretudo na lei evangélica à qual todos são chamados. Por isso, no Salmo se declara de maneira absoluta, falando do justo: “Ele não empresta seu dinheiro a juros.” E no livro de Ezequiel se acrescenta: “Não recebeu juros.” A autorização de receber juros dos estrangeiros não foi concedida como lícita, mas apenas como permitida para evitar mal maior, isto é, para que, levados pela cobiça a que eram propensos, como testemunha Isaías, não viessem a cobrar juros dos mesmos judeus, adoradores de Deus. — Quanto à recompensa prometida: “emprestarás com juros a muitas nações”, a expressão é tomada em sentido geral de emprestar simplesmente, como em outra passagem do livro do Eclesiástico: “Muitos sem malícia deixaram de emprestar com juros, isto é, não emprestaram.” Promete-se, portanto, aos judeus como prêmio a abundância de riquezas que lhes permita emprestar aos outros.

QUANTO AO 3º, deve-se dizer que as leis humanas deixam impunes alguns pecados, por causa das imperfeições dos homens, pois se impediriam muitas vantagens, coibindo todos os pecados com penas rigorosas. Por isso, a lei humana tolera os juros, não por considerá-los conforme à justiça, mas para não impedir os proveitos de muitos. Daí se dispor no próprio direito civil: “As coisas que se consomem pelo uso não são susceptíveis de usufruto, nem em virtude do direito natural nem do civil” E acrescenta: “O Senado não estabeleceu o usufruto dessas coisas, nem podia fazê-lo, mas constituiu um quase usufruto,” isto é, permitiu os juros. E o Filósofo, guiado pela razão natural, declara: “a aquisição usurária de dinheiro é o que há de mais alheio à natureza.”

QUANTO AO 4º, deve-se dizer que nem sempre se está obrigado a emprestar; sob esse aspecto, trata-se de um conselho. Mas, não buscar lucro do empréstimo é objeto de preceito. — Poder-se-ia considerar como conselho em comparação com os dizeres dos fariseus, que tinham por justa certa forma de usura; nesse sentido, o amor dos inimigos é também um conselho. — Ou ainda, no lugar citado, se trataria não da esperança de lucro usurário, mas da confiança que se deposita em um homem; pois, não devemos emprestar dinheiro ou praticar algum bem, por esperança em um homem, mas, sim, em Deus.

QUANTO AO 5º, deve-se dizer que quem não está obrigado a emprestar pode receber uma compensação pelo que fez, mas nada mais pode exigir. Ora, é compensado segundo a igualdade da justiça, se lhe for dado tanto quanto emprestou. Por isso, se exige mais pelo usufruto de uma coisa que não tem outro uso senão o consumo de sua substância, exige o preço de algo que não existe. Portanto, essa exação é injusta.

QUANTO AO 6º, deve-se dizer que o uso principal dos vasos de prata não é o seu consumo; por isso pode-se licitamente vender o uso deles, guardando o domínio da propriedade dos mesmos. Ao invés, o uso principal das moedas de prata está em serem gastas nas comutações. Por isso, não é permitido vender o uso e ao mesmo tempo exigir a restituição do que foi emprestado.

Deve-se, no entanto, notar que o uso secundário dos vasos de prata pode ser a comutação. E,

então, não seria lícito vender esse uso. Igualmente, pode haver outro uso secundário, se as moedas de prata fossem emprestadas em vista de serem exibidas ou para servir de penhor. Tal uso do dinheiro poderia ser lícitamente vendido.

QUANTO AO 7º, deve-se dizer que quem paga juros não o faz de maneira inteiramente livre, mas constrangido por certa necessidade. Com efeito, precisa do empréstimo, e quem dispõe do dinheiro não quer emprestá-lo sem juros.

ARTIGO 2

Pode-se pedir uma outra vantagem pelo dinheiro emprestado?

QUANTO AO SEGUNDO, ASSIM SE PROCEDE: parece que pelo dinheiro emprestado, **pode-se** pedir uma outra vantagem.

1. Com efeito, cada um pode licitamente procurar indenizar-se de seus prejuízos. Ora, por vezes se sofrem prejuízos, emprestando dinheiro. Logo, será lícito, além do dinheiro emprestado, pedir ou mesmo exigir alguma outra vantagem em compensação do prejuízo.

2. ALÉM DISSO, por certo dever de honestidade, todos estão obrigados a dar uma compensação a quem lhes faz um benefício, como se diz no livro V da *Ética*. Ora, quem empresta dinheiro ao que está dele necessitado, presta-lhe benefício e merece gratidão. Portanto, quem toma emprestado tem um dever natural de dar certa compensação ao benfeitor. Ora, não parece ilícito obrigar-se a cumprir o que se deve em virtude do direito natural. Logo, não parece ilícito se alguém, ao emprestar dinheiro a outrem, o obrigue a dar uma compensação.

3. ADEMAIS, como há presentes oferecidos pela mão, assim há outros que se fazem por palavras e por obséquio. É o que explica a Glosa comentando o livro de Isaias: “Feliz aquele que sacode as mãos para livrar-se de todo presente” Ora, é lícito receber um serviço ou um louvor, daquele a quem se emprestou dinheiro. Logo, será igualmente permitido receber qualquer outro presente.

4. ADEMAIS, existe a mesma relação entre um dom e outro dom que entre um empréstimo e outro empréstimo. Ora, pode-se receber dinheiro pelo dinheiro que se deu. Logo, pode-se também

receber outro empréstimo em retribuição pelo dinheiro emprestado.

5. ADEMAIS, aliena mais o seu dinheiro quem transfere a sua propriedade a quem toma emprestado, do que quem o confia a um negociante ou a um artífice. Ora, é lícito auferir lucro do dinheiro confiado ao negociante ou ao artífice. Logo, também o é pelo dinheiro emprestado.

6. ADEMAIS, pelo dinheiro emprestado, pode-se receber um penhor cujo uso poderia ser vendido por determinado preço; tal se dá, quando se penhora um campo ou uma casa habitada. Logo, pode-se também auferir lucro de um dinheiro emprestado.

7. ADEMAIS, acontece, às vezes, que alguém vende mais caro suas coisas ou compre mais barato as alheias, em razão de um empréstimo. Ou se aumenta o preço pela demora no pagamento, ou se diminui com sua presteza. Nesses casos parece haver uma retribuição pelo dinheiro emprestado. Ora, isso não parece manifestamente ilícito. Logo, parece lícito esperar ou mesmo exigir alguma vantagem pelo dinheiro emprestado.

EM SENTIDO CONTRÁRIO, no livro de Ezequiel, se proclama, entre as condições para alguém ser justo: “Não receber juros nem outra coisa de acréscimo.”

RESPONDO. Segundo o Filósofo “considera-se como dinheiro tudo aquilo cujo valor se pode estimar em dinheiro.” Portanto, como peca contra a justiça quem, por contrato tácito ou expresso, receber dinheiro pelo empréstimo de dinheiro ou de qualquer outra coisa, que se consome pelo próprio uso, como já foi explicado, assim também, incorre em pecado semelhante quem, por contrato tácito ou expresso receber qualquer outra coisa, cujo valor possa ser estimado em dinheiro. Se, no entanto, recebe algo semelhante, não por exigí-lo ou por uma espécie de obrigação tácita ou expressa, mas como dom gratuito, não peca. Com efeito, mesmo antes do empréstimo, podia receber um dom gratuito, nem piora de condição por ter concedido um empréstimo. — É lícito, porém, exigir como compensação do empréstimo o que não se mede pelo dinheiro, como a benevolência e o amor para com quem emprestou ou retribuições semelhantes.

QUANTO AO 1º, portanto, deve-se dizer que em contrato com quem toma emprestado, aquele que empresta pode sem pecado estipular uma indenização do prejuízo que lhe advém por se privar de um bem que lhe pertence; o que não é vender o



DE USURA, ARTIGO 2

uso do dinheiro, porém evitar o próprio prejuízo. E pode acontecer que quem toma o empréstimo evite maior dano do que quem empresta; nesse caso, quem toma emprestado, com o proveito que auferir, recompensará o prejuízo do outro. — Mas a compensação do prejuízo, decorrente de não mais ter lucro do dinheiro emprestado, não pode ser estipulada em contrato; pois, não se pode vender o que ainda não se tem e cuja obtenção se pode impedir de várias maneiras.

QUANTO AO 2º, deve-se dizer que de dois modos se pode recompensar um benefício: Primeiro, como dívida de justiça, a que se está obrigado por um contrato estipulado. E esse dever se mede pela grandeza do benefício recebido. Por conseguinte, quem recebeu dinheiro emprestado ou qualquer coisa semelhante das que se consomem pelo uso, só estará obrigado a restituir o que recebeu empréstimo, e seria contrário à justiça obrigar-se a devolver mais. — Segundo, pode alguém estar obrigado a recompensar um benefício por um dever de amizade; e, então, se levará em conta mais o afeto do benfeitor do que a importância do benefício. Tal dever não pode constituir objeto de uma obrigação civil, pois esta impõe necessidade e impede a espontaneidade da recompensa.

QUANTO AO 3º, deve-se dizer que quem espera ou exige pelo dinheiro que emprestou a compensação de um presente em serviços ou palavras, como se houvesse a obrigação de um contrato tácito ou expresso, seria o mesmo que exigir à maneira de presente um serviço manual, pois uns e outros podem ser apreciados em dinheiro, como acontece com quem aluga seus serviços prestados pelo trabalho ou por palavras. Mas se o presente em palavra ou em trabalho é oferecido não como pagamento de uma dívida, porém como expressão de reconhecimento, que não se avalia em dinheiro, é lícito aceitá-la, exigi-la e esperá-la.

QUANTO AO 4º, deve-se dizer que o dinheiro não pode ser vendido por quantidade maior do que a que foi emprestada. É preciso restituir o quanto se recebeu. Nem se há de exigir ou esperar nada, a não ser um sentimento de benevolência, que não se avalia em dinheiro, e donde pode resultar um empréstimo espontâneo. No entanto, seria contrário a essa benevolência espontânea obrigar a quem tomou emprestado a se comprometer a emprestar no futuro, pois tal compromisso é susceptível de apreciação pecuniária. Assim embora seja permitido a quem empresta tomar simultaneamente emprestado ao seu devedor, este não pode ser obrigado a fazer-lhe um empréstimo.

QUANTO AO 5º, deve-se dizer que quem empresta dinheiro transfere o domínio deste a quem o toma emprestado. Este o guarda, respondendo pelo risco de perdê-lo e está obrigado a restituí-lo integralmente. Por isso, quem emprestou não pode exigir mais do que o emprestado. Ao contrário, quem confia seu dinheiro a um comerciante ou a um artífice, a modo de sociedade, não lhes transfere a propriedade de seu dinheiro, que continua sendo seu, e é com o risco desse mesmo proprietário, que o comerciante ou o artífice trabalham com o dinheiro. Portanto, o proprietário pode lícitamente reclamar uma parte do lucro, como procedendo de coisa sua.

QUANTO AO 6º, deve-se dizer que se alguém, para garantia do que lhe foi emprestado, penhora um objeto, cujo valor pode ser apreciado em dinheiro, quem emprestou deve computar o uso da coisa penhorada ao ser-lhe restituído o empréstimo. Ao contrário, se pretendesse que o uso desse objeto lhe fosse concedido gratuitamente, seria como se recebesse juros pelo empréstimo, o que seria usurário, a menos que se trate de um desses objetos cuja utilização se costuma conceder entre amigos, sem exigir retribuição, como um livro que se empresta.

QUANTO AO 7º, deve-se dizer que vender um objeto acima do justo preço, porque se concede um maior prazo para o pagamento, é usura manifesta, pois esse prazo tem o caráter de um empréstimo. Por conseguinte, tudo quanto se exige acima do justo preço em razão desse prazo, é como juros pelo empréstimo. — De igual sorte, se o comprador quer comprar abaixo do justo preço, sob pretexto de que pagará antes da entrega, comete pecado de usura, pois também essa antecipação do pagamento tem o caráter de empréstimo, cujos juros são constituídos pela soma que se diminui do justo preço da compra feita. — Se, porém, se abaixa voluntariamente o justo preço, para obter antes o dinheiro, não há pecado de usura.

ARTIGO 3

Há obrigação de restituir tudo o que se lucrou com o dinheiro usurário?

QUANTO AO TERCEIRO, ASSIM SE PROCEDE: parece que **há** obrigação de restituir tudo o que se lucrou com o dinheiro usurário.

1. Com efeito, o Apóstolo declara: “Se a raiz é santa, também o são os ramos.” Portanto, pela mesma razão, se a raiz é corrompida, também o serão os ramos. Ora, aqui a raiz é usurária. Logo, tudo o que por ela se adquire é usurário, e há obrigação de restituir.

2. ALÉM DISSO, nas *Decretais* se estipula: “As propriedades adquiridas com rendas usurárias se devem vender e seu preço deve ser restituído àqueles de quem foi extorquido.” Logo, por idêntica razão, tudo o mais que se adquire com dinheiro usurário deve ser restituído.

3. ADEMAIS, o que alguém compra com dinheiro usurário só lhe pertence em virtude do dinheiro que empregou. Logo, não tem sobre a coisa adquirida maior direito do que sobre o dinheiro que deu. Ora, ele estava obrigado a restituir o dinheiro usurário. Logo, deve também restituir o que com ele adquiriu.

EM SENTIDO CONTRÁRIO, cada um pode conservar licitamente o que legitimamente adquiriu. Ora, o que se adquire com dinheiro usurário, por vezes se adquire legitimamente. Logo pode conservar-se licitamente.

RESPONDO. Como foi dito acima, há certas coisas cujo uso consiste em seu próprio consumo, nem são susceptíveis de usufruto, segundo o direito. Por conseguinte, se por usura, foram adquiridos tais bens, como dinheiro, trigo, vinho, ou algo semelhante, não se está obrigado a restituir mais do que o recebido, porque o que depois se conseguiu adquirir com essas coisas não é fruto delas mesmas, porém da atividade humana. A não ser que, pela detenção de tais bens, um outro tenha sido danificado, perdendo algo de seus bens, porque, então, há obrigação de reparar o prejuízo causado.

Ao invés, há outras coisas cujo uso não se confunde com o consumo delas e podem ser objeto de usufruto, por exemplo, uma casa, um campo e outros bens semelhantes. Portanto, se alguém conseguir por usura a casa ou o campo de outrem, não somente estaria obrigado a restituir a casa ou o campo, mas também as rendas dessas propriedades, porque são frutos de coisas cujo domínio pertence a outra pessoa e lhe são portanto devidos.

QUANTO AO 1º, portanto, deve-se dizer que a raiz não tem apenas o caráter de matéria, como o dinheiro fruto de usura; mas tem igualmente uma

berg, t. II, p. 813.

função de causa ativa, enquanto dá à árvore seu alimento. Não há portanto paridade no argumento.

QUANTO AO 2º, deve-se dizer que as propriedades adquiridas graças ao dinheiro usurário não pertencem àqueles de quem vem esse dinheiro, mas aos compradores. No entanto elas estão hipotecadas àqueles de quem foi recebido o dinheiro usurário, como os outros bens de quem praticou a usura. Por isso, não se prescreve que esses bens sejam atribuídos àqueles de quem se recebeu juros, porque talvez valham mais do que os juros percebidos, mas se ordena que sejam vendidos esses bens e que o preço deles seja restituído, segundo a quantidade dos juros recebidos.

QUANTO AO 3º, deve-se dizer que o que se adquire com o dinheiro usurário pertence ao adquirente em virtude do dinheiro usurário como de uma causa apenas instrumental, mas sua atividade própria é a causa principal da aquisição. Por isso, ele tem mais direito sobre os bens que conseguiu com o dinheiro usurário do que sobre esse dinheiro.

ARTIGO 4

É lícito receber dinheiro emprestado pagando juros?

QUANTO AO QUARTO, ASSIM SE PROCEDE: parece que **não** é lícito receber dinheiro emprestado pagando usura.

1. Com efeito, o Apóstolo proclama: “São dignos de morte, não somente os que cometem o pecado, mas ainda os que aprovam os seus autores.” Ora, quem recebe dinheiro emprestado pagando juros consente no pecado do usurário e lhe dá ocasião de pecar. Logo, também peca.

2. ALÉM DISSO, por nenhuma vantagem temporal se deve dar a outrem ocasião de pecar, pois seria um escândalo ativo, que é sempre pecado, como já ficou explicado. Ora, quem pede emprestado ao usurário lhe dá expressamente ocasião de pecar. Logo, nenhuma vantagem temporal o pode escusar.

3. ADEMAIS, a necessidade que impele por vezes a depositar dinheiro em poder do usurário não é menor do que a que constringe a dele receber um empréstimo. Ora, depositar dinheiro nas mãos do usurário parece ser completamente ilícito, como também o é entregar uma espada a um louco, uma virgem a um luxurioso ou a comida

a um glutão. Logo, também não é lícito receber empréstimo de um usurário.

EM SENTIDO CONTRÁRIO, quem sofre uma injustiça não peca, como ensina o Filósofo. Por isso, a injustiça, explica ele ainda, não é o meio-termo entre dois vícios. Ora, o usurário peca, cometendo uma injustiça contra quem dele recebe dinheiro sob condição de pagar juros. Logo, quem aceita esse empréstimo usurário não peca.

RESPONDO. De modo algum é lícito induzir alguém a pecar. É lícito, porém, tirar proveito do pecado de outrem para o bem. Pois, também Deus usa de todos os pecados para algum bem; de qualquer mal, Ele tira um bem, diz Agostinho. E o mesmo Agostinho, interrogado por Públicola se era lícito aceitar o juramento de quem jurou pelos seus falsos deuses, pecando assim manifestamente, por lhes atribuir uma reverência divina, responde: “Quem recorre ao juramento daquele que jura pelos falsos deuses, não para o mal, mas para o bem, não se associa ao pecado que consiste em jurar pelo demônio, mas ao que há de bom em seu pacto, pelo qual guardou a fidelidade. Pecaria, contudo, se o induzisse a jurar pelos falsos deuses.”

Igualmente na questão que nos ocupa, deve afirmar-se que de nenhuma maneira é lícito induzir outrem a emprestar com usura; no entanto, receber empréstimo com juros das mãos de quem está disposto a fazê-lo e exerce a usura, é lícito, tendo em vista algum bem, que é satisfazer à necessidade própria ou de outro. Assim como é lícito a quem caiu nas mãos de salteadores, exhibir-lhes os bens que traz consigo e deixar cometer o pecado de roubo, para não ser morto, seguindo nisso o exemplo dos dez homens que disseram a Ismael: “não nos mates, pois temos um tesouro oculto no campo,” como se narra no livro de Jeremias^b.

QUANTO AO 1º, portanto, deve-se dizer que quem toma dinheiro emprestado com juros não consen-

te no pecado do usurário, mas dele se serve. Não lhe apraz a cobrança de juros, mas o empréstimo, que é um bem.

QUANTO AO 2º, deve-se dizer que quem recebe o dinheiro emprestado com juros não dá ocasião ao usurário de receber esses juros, mas de fazer um empréstimo. O próprio usurário tira ocasião de pecar da malícia de seu coração. Por conseguinte, há escândalo passivo de sua parte, sem que haja escândalo ativo da parte de quem solicita o empréstimo. Nem por causa desse escândalo passivo, se deve deixar de procurar o empréstimo, quando se está em necessidade; pois, tal escândalo passivo não provém da fraqueza ou da ignorância, mas da malícia.

QUANTO AO 3º, deve-se dizer que se alguém confiasse seu dinheiro a um usurário, que sem isso não poderia exercer a usura, ou que o confiasse na intenção de fazer obter maior lucro pela usura, lhe daria então matéria de pecado e seria, portanto, cúmplice de sua falta. Mas, se alguém recorre a um usurário, que já tem por onde exercer sua usura e lhe confia seu dinheiro para o ter em segurança, não peca, mas se serve de um homem pecador para conseguir um bem.

Pequena História da Flexibilização da Usura

4 de maio de 1515

Concílio Laterano V, Sessão X

Leão X

Bula do Concílio na décima sessão sobre a matéria do Montis Pietatis."

O Montis Pietatis foi uma instituição criada para combater a usura e fornecer empréstimos a juros baixos, geralmente fundado por ordens religiosas. Este movimento foi impulsionado pela Igreja para ajudar aqueles em dificuldades financeiras sem recorrer à exploração dos usurários

Acredita-se que em 1462 o primeiro Monte di Pietà foi permitido, em Perugia, que permitia o empréstimo de dinheiro aos pobres contra propriedades penhoradas. Ao contrário dos esforços anteriores, que dependiam exclusivamente de doações para levantar o capital para esses empréstimos de 'banco de caridade', os fundadores franciscanos cobraram uma taxa de juros 'moderada' 'para cobrir despesas administrativas'. Uma oposição amarga foi gerada, tanto de agiotas que defendiam seu monopólio, quanto dos dominicanos que sustentavam que as rigorosas leis da Igreja contra a usura estavam sendo violadas. A disputa durou cinquenta anos e foi levada ao Concílio Laterano V, onde o Papa Leão X promulgou oficialmente, pela primeira vez na história da Igreja Católica Romana, a legalidade dos empréstimos com juros, para fins caritativos. Ele ordenou a excomunhão de todos aqueles que expressassem publicamente dúvidas sobre seu julgamento. A partir de 1515, os bancos de 'caridade' Monte di Pietà com juros se tornaram uma instituição permanente e com autorização papal.

SESSÃO 10 - 4 de maio de 1515 - **Inter Multiplices**

[Sobre a reforma das organizações de crédito (Montes pietatis)]

Leão, bispo, servo dos servos de Deus, com a aprovação do sagrado concílio, para um registro eterno. Devemos dar primeiro lugar em nosso ofício pastoral, entre nossos muitos cuidados ansiosos, ao assegurar que o que é saudável, louvável, de acordo com a fé cristã e em harmonia com bons costumes, possa ser não apenas esclarecido em nosso tempo, mas também transmitido às gerações futuras, e que o que poderia oferecer matéria para escândalo seja totalmente cortado, completamente arrancado e não tenha permissão para se espalhar, ao mesmo tempo permitindo que essas sementes sejam plantadas no campo do Senhor e na vinha do Senhor dos exércitos, que possam espiritualmente alimentar as mentes dos fiéis, uma vez que a erva daninha tenha sido arrancada e a oliveira brava cortada. De fato, soubemos que entre alguns de nossos queridos filhos, mestres em teologia e doutores em direito civil e canônico, surgiu recentemente uma controvérsia particular, não sem escândalo e inquietação para as pessoas comuns, com relação ao auxílio aos pobres por meio de empréstimos feitos a eles pelas autoridades públicas. Estas são popularmente chamadas de organizações de crédito e foram estabelecidas em muitas cidades da Itália pelos magistrados das cidades e por outros cristãos, para ajudar com esse tipo de empréstimo

na falta de recursos entre os pobres, para que não sejam devorados pela ganância dos usurários. Foram louvadas e incentivadas por homens santos, pregadores da palavra de Deus, e também aprovadas e confirmadas por vários de nossos predecessores como papas, com o efeito de que as referidas organizações de crédito não estão em desacordo com o dogma cristão, embora haja controvérsia e diferentes opiniões sobre a questão.

Alguns desses mestres e doutores dizem que as organizações de crédito são ilegais. Depois de um período fixo de tempo, dizem eles, aqueles ligados a essas organizações exigem dos pobres a quem fazem um empréstimo uma soma adicional por libra, além do valor do capital. Por essa razão, não podem evitar o crime de usura ou injustiça, ou seja, um mal claramente definido, uma vez que nosso Senhor, segundo o evangelista Lucas, nos vinculou por um mandamento claro de que não devemos esperar nenhum acréscimo ao valor do capital quando concedemos um empréstimo. Pois esse é o verdadeiro significado da usura: quando, pelo seu uso, algo que não produz nada é aplicado para adquirir ganho e lucro sem nenhum trabalho, despesa ou risco. Os mesmos mestres e doutores acrescentam que nessas organizações de crédito não se observa nem a justiça comutativa nem a distributiva, embora contratos desse tipo, se forem devidamente aprovados, não devam ultrapassar os limites da justiça. Eles se esforçam para provar isso com base no argumento de que as despesas de manutenção dessas organizações, que devem ser pagas por muitas pessoas (como dizem), são extraídas apenas dos pobres a quem é feito o empréstimo; e ao mesmo tempo, certas outras pessoas recebem mais do que suas despesas necessárias e moderadas (como parecem implicar), não sem uma aparência de mal e um incentivo para o erro.

Mas muitos outros mestres e doutores dizem o oposto e, tanto por escrito quanto por fala, se unem em defender, em muitas escolas da Itália, um benefício tão grande e tão necessário para o estado, com base no argumento de que nada está sendo buscado nem esperado do empréstimo em si. No entanto, argumentam, para a compensação das organizações — ou seja, para cobrir as despesas dos empregados e de todas as coisas necessariamente relacionadas à manutenção das referidas organizações — podem, de forma legítima, pedir e receber, além do capital, uma soma moderada e necessária dos que se beneficiam do empréstimo, desde que nenhum lucro seja obtido disso. Isso em virtude da regra de direito de que a pessoa que experimenta um benefício deve também arcar com a cobrança, especialmente quando há o apoio da autoridade apostólica. Apontam que essa opinião foi aprovada por nossos predecessores de feliz memória, os pontífices romanos Paulo II, Sisto IV, Inocêncio VIII, Alexandre VI e Júlio II, bem como por santos e pessoas devotas a Deus e muito respeitadas por sua santidade, e foi pregada em sermões sobre a verdade evangélica.

Desejamos tomar as providências adequadas sobre essa questão (de acordo com o que recebemos de cima). Aprovamos o zelo pela justiça demonstrado pelo primeiro grupo, que deseja evitar a abertura do abismo da usura, assim como o amor pela piedade e pela verdade mostrado pelo segundo grupo, que deseja ajudar os pobres, e de fato a sinceridade de ambos os lados. Portanto, já que essa questão toda parece concernir à paz e tranquilidade do estado cristão como um todo, declaramos e definimos, com a aprovação do sagrado concílio, que as referidas organizações de crédito, estabelecidas pelos estados e até agora aprovadas e confirmadas pela autoridade da sé apostólica, não introduzem nenhum tipo de mal nem oferecem incentivo ao pecado, caso recebam, além do capital, uma soma moderada para suas despesas e como compensação, desde que se destine exclusivamente a cobrir as despesas dos empregados e de outras coisas relacionadas (como mencionado) à manutenção das organizações, e desde que não se obtenha lucro algum disso. Elas não devem, de fato, ser condenadas de maneira alguma. Pelo contrário, tal tipo de

empréstimo é meritório e deve ser louvado e aprovado. Certamente não deve ser considerado como usurário; é lícito pregar a piedade e a misericórdia de tais organizações ao povo, incluindo as indulgências concedidas para esse propósito pela santa sé apostólica; e no futuro, com a aprovação da sé apostólica, outras organizações de crédito semelhantes podem ser estabelecidas. Seria, contudo, muito mais perfeito e mais santo se tais organizações de crédito fossem completamente gratuitas: ou seja, se aqueles que as estabelecessem fornecessem somas definitivas com as quais seriam pagos, se não todas as despesas, pelo menos metade dos salários dos empregados das organizações, com o resultado de que a dívida dos pobres seria aliviada. Portanto, decretamos que os fiéis de Cristo devem ser incentivados, por meio de uma concessão substancial de indulgências, a ajudar os pobres, fornecendo as somas de que falamos, a fim de cobrir os custos das organizações.

É nossa vontade que todos os religiosos, bem como pessoas eclesiásticas e seculares, que doravante ousem pregar ou argumentar de outra forma, por palavras ou por escrito, em desacordo com o sentido da presente declaração e sanção, incorram na punição de excomunhão imediata, não obstante qualquer tipo de privilégio, as coisas ditas acima, constituições e ordens da sé apostólica, e qualquer outra coisa em contrário.

14. **O Dogma do Concílio de Trento**

QUESTÃO XI. — Emprestar com Usura é Rapina, e quão grave é esse Crime.

A esta classe pertencem também os usurários, os extorsionários mais cruéis e implacáveis, que, por meio da usura, saqueiam e destroem o pobre povo. Agora, tudo o que é recebido acima do principal, seja dinheiro ou qualquer outra coisa que possa ser comprada ou estimada por dinheiro, é usura; pois está escrito assim em Ezequiel: "Não emprestou com usura, nem tomou aumento" (Ez. 18, 17); e em Lucas, nosso Senhor diz: "Empreste, esperando nada disso" (Lucas 6, 35). Mesmo entre os gentios, isso sempre foi considerado um crime gravíssimo e detestável; e por isso a questão, "O que é usura?", que foi respondida perguntando: "O que é assassinato?" Pois aqueles que emprestam com usura vendem a mesma coisa duas vezes ou vendem algo que não existe.

Este trecho vem do Catecismo do Concílio de Trento e condena de maneira enfática a prática da usura, considerando-a um crime grave, comparando-a com matar e enfatizando que quem empresta com juros está "vendendo duas vezes a mesma coisa" ou até vendendo algo que não existe, o que é considerado moralmente inaceitável.

Essa reafirmação da verdade divina deveria ter servido como o julgamento final sobre a usura para a Igreja Católica Romana. Em quase todos os outros aspectos, tudo o que foi promulgado no Concílio de Trento (1545-1563) foi considerado dogma definitivo e fixo. Infelizmente, o ensinamento divino sobre a usura declarado em Trento foi sujeito a evasões práticas de várias maneiras, algumas astutas e outras descaradas. O caso descarado são os bancos de monte pietatis que geram juros: eles não foram interditados nem anulados após o Concílio de Trento. Os casos astutos envolvem os numerosos dispositivos engenhosos usados pelos bancos católicos na Europa para ocultar os juros sobre o dinheiro. Estes não foram notavelmente interditados ou perturbados

após o Concílio. Estes dispositivos, além dos montes, incluíam: o *depositum confessatum* e a *discrezione* sobre depósitos a prazo, entre muitas outras sofisticações. Se julgarmos pelo critério de Nosso Senhor, "Pelos seus frutos os conhecereis", o anátema contra a usura, conforme declarado pelo Concílio de Trento, foi teatral, destinado principalmente a um efeito dramático na guerra ideológica da Contra-Reforma, como uma maneira de rotular os protestantes como usurários, e os católicos como leais combatentes de Deus contra a usura. Se a declaração de Trento sobre a usura tivesse sido algo mais do que uma manobra para ganhar vantagem na propaganda, a usura católica teria sido combatida com todas as forças após isso. Nada disso aconteceu, exceto quando as autoridades católicas locais tomaram a declaração sobre a usura ao pé da letra e tentaram agir contra os usurários.

****O desenvolvimento da teologia da usura católica nos níveis de comando da hierarquia não foi impedido pelo Concílio de Trento. Após Trento, os juros sobre o dinheiro aumentaram em latitude e aceitação, como demonstra a Teologia Moral do Rev. Dr. Heribert Jone, O.F.M. Cap., J.C.D., que foi impressa dezoito vezes em edições separadas em alemão e inglês. O editor "católico tradicional" Thomas Nelson reimprimiu a Teologia Moral em 1993 e escreveu em seu prefácio: "Que este livro circule amplamente e faça todo o bem que for capaz de fazer. Especialmente, que os sacerdotes em todo lugar consultem-no novamente em seu trabalho pastoral, digiram seu conteúdo e venham a reverenciar e amar a moralidade divinamente inspirada da fé católica, como mais uma joia de evidência apontando para a origem divina de nossa santa religião."**

Da Teologia Moral: "Por razões extrínsecas, no entanto, que hoje em dia são sempre verificadas, caso o dinheiro seja emprestado, uma taxa justa de juros pode ser cobrada. Em geral, pode-se ser guiado pela taxa de juros estabelecida pela lei ou pelo costume" (p. 195).

A ligação de Dante entre usura e sodomia é confirmada quando descobrimos que a permissão do manual de Teologia Moral para juros sobre empréstimos de dinheiro é combinada com sua permissão para sodomizar a esposa católica: "... não é sodomia nem um pecado grave se o ato sexual for iniciado de maneira retal, com a intenção de ser consumado de forma natural, ou se alguma ação sodomítica for realizada sem perigo de poluição..." (p. 539).

Os cristãos devem fazer uma limpeza e exigir que o dogma magisterial inabalável, não negociável, imutável e infalível sobre a usura, que foi reafirmado em Trento, seja restaurado, e que as teorias desonestas dos papas sobre a usura, que possibilitaram a mutação modernista da moral cristã, sejam revertidas.

Pode ser que a Providência Divina tenha garantido que a declaração sobre a usura fosse incluída como parte do Concílio de Trento, para que, na luta futura para restaurar todas as coisas em Cristo, não houvesse argumentos sobre como a usura é definida: "tudo o que é recebido acima do principal"; e que tipo de pecado mortal ela constitui: "um crime gravíssimo e detestável.

1º de novembro de 1745

Encíclica Vix Pervenit

Bento XIV

Em Vix Pervenit, Bento XIV expandiu a promulgação de Leão X sobre a legalidade de cobrar juros para fins filantrópicos, para incluir a legalidade dos juros sobre o capital de crédito para investimentos. Embora Vix Pervenit seja frequentemente citada, pelos semi-analfabetos, como uma reafirmação da doutrina magisterial pré-Renascimento sobre a usura, tais alegações representam uma falha intelectualmente preguiçosa de notar e compreender a 'letra miúda' de Vix Pervenit. Após muitos floreios retóricos anti-usura ao longo do documento, a técnica da degradação de Deus por meio do gradualismo foi implantada com a seguinte sutil declaração papal:

III. Com estas observações, porém, não negamos que, por vezes, juntamente com o contrato de mútuo, outros títulos – que não são de todo intrínsecos ao contrato – possam correr paralelamente a ele. A partir destes outros títulos, surgem razões inteiramente justas e legítimas para exigir algo para além do montante devido pelo contrato. Também não se nega que, muitas vezes, é possível a alguém, através de contratos totalmente diferentes dos empréstimos, gastar e investir dinheiro legitimamente, quer para se proporcionar um rendimento anual, quer para se dedicar a atividades comerciais e empresariais legítimas. Estes tipos de contratos podem dar origem a um lucro honesto.

Um teólogo católico modernista viu a declaração do papa pelo que ela era: 'A encíclica de Bento XIV, Vix Pervenit, de 1745... absteve-se de condenar os juros recebidos de investimentos (empréstimos) em propriedades produtivas... essa é uma boa lógica e senso comum.' Este teólogo afirmou ainda sobre a liberalização papal das leis de usura: 'Se é correto para o acionista de uma ferrovia receber dividendos, é igualmente correto para o detentor de títulos receber juros. Se é correto para um comerciante retirar da receita bruta de seu negócio uma quantia suficiente para cobrir os juros sobre seu capital, é igualmente correto para o homem de quem ele tomou o dinheiro para o empreendimento exigir juros... a Igreja estava certa em ajustar-se lentamente à lógica do capitalismo...

O teólogo capitalista católico que ofereceu este elogio foi o Reverendíssimo Monsenhor John A. Ryan (1869-1945), da Universidade Católica da América, um distributista que fez campanha contra os salários baixos. Ele diferia de outros distributistas ao se recusar a se esconder atrás de um subterfúgio, tendo a franqueza de reconhecer o gradualismo papal ('ajuste lento') que mudou o dogma sobre a cobrança de juros. No entanto, Monsenhor Ryan falhou em fazer a conexão fundamental entre a injustiça social que ele testemunhou e protestou vigorosamente no início do século 20 nos Estados Unidos, e a prevalência de juros sobre o dinheiro na América. Em seu livro Justiça Distributiva, Monsenhor Ryan argumentou que os proprietários de terras e os capitalistas tinham o direito igual de cobrar aluguel e juros, respectivamente, mas que os inquilinos e empregados tinham um direito mais forte a um sustento digno e um salário justo. Aqui está a cegueira muito comum de um economista de 'justiça social' que não procede a partir dos princípios fundamentais. A nação que viola a Palavra de Deus no que diz respeito à cobrança de juros sobre o dinheiro não terá 'justiça distributiva' ou qualquer outro tipo de justiça, ou reforma estrutural do

sistema de opressão, que os juros sobre o dinheiro ipso facto engendram. Os modernistas negam essa verdade central. Consequentemente, qualquer remédio que proponham para curar um bem comum doente, infectado pelos juros sobre o dinheiro, seja o 'Distributismo' ou qualquer outro 'ismo', está destinado ao fracasso.

18 de agosto de 1830

Resp. Pii VIII ad episc. Rhedonensem datum in audientia

(Denziger-Bannwart, números 1609 e 1610).

Pio VIII

Este decreto papal direcionou a absolvição dos católicos que persistem em aceitar juros sobre os empréstimos de dinheiro à taxa definida pelo governo. Esta declaração do papa instruiu tanto o Santo Ofício quanto a Penitenciária (responsável pela supervisão dos padres que ouvem as confissões auriculares dos católicos que confessam seus pecados), que o confessor deve absolver um credor que pretende continuar a aceitar juros que não excedam a taxa legal de juros do país onde a confissão está sendo ouvida. O efeito global desta diretriz papal foi que aqueles que cobram juros sobre o dinheiro de acordo com a taxa permitida pela lei 'não devem ser perturbados'.

"As subseqüentes decisões do Santo Ofício e da Penitenciária no século 19, baseadas neste precedente papal, isentaram os usurários católicos da obrigação de confessar a obtenção de receita proveniente de juros sobre o dinheiro à taxa considerada legal pelo estado."

Empréstimos Rothschild à Santa Sé 1830-1850

Os empréstimos Rothschild à Santa Sé referem-se a uma série de grandes empréstimos financeiros arranjados entre a família Rothschild e a Santa Sé da Igreja Católica . O primeiro empréstimo, que ocorreu em 1832, ocorreu após as Guerras Napoleônicas durante o pontificado do Papa Gregório XVI (envolvendo James Mayer de Rothschild e Carl Mayer von Rothschild). Este empréstimo acordado foi de uma quantia de £ 400.000 (equivalente a £ 4,7 bilhões em 2023). Um segundo empréstimo ocorreu durante o pontificado do Papa Pio IX no início da década de 1850 com os mesmos membros da família Rothschild, após o colapso da curta República Romana revolucionária de Giuseppe Mazzini e a restauração dos Estados Papais.

19 de maio de 1918

Código de Direito Canônico de 1917, Cânon 316

Bento XV

‘Se uma coisa fungível é dada a outro de modo que se torna dele, e mais tarde deve ser restaurada na mesma espécie, nenhum lucro pode ser obtido em razão do contrato; mas no empréstimo de uma coisa fungível, não é ilícito em si mesmo colher um lucro legal, a menos que se prove que

seja imoderado por si só, e até lucros maiores (podem ser obtidos) se houver um título justo e proporcional que o sustente.”

"Este Código de Direito Canônico foi promulgado no Pentecostes, 27 de maio de 1917, e por essa razão é titulado com essa data. No entanto, o Papa Bento XV estipulou que ele não teria 'força de lei' até o Pentecostes do ano seguinte (19 de maio de 1918). Às vezes é referido como o Código 'Pio-Benedictino' porque foi inaugurado, e sua compilação foi inicialmente dirigida pelo Papa São Pio ('Pio') X, que não viveu para ver sua conclusão."

Nenhum pontífice após Leão X, em 1515, proclamou ou promulgou qualquer documento ou decreto para impedir as permissões heréticas para o mortal pecado da usura de seus predecessores, mesmo quando, sob certas circunstâncias, o juro sobre o dinheiro deixou de ser pecado após 1830, e mesmo depois que o juro sobre o dinheiro, sob certas circunstâncias, foi promulgado por direito canônico em 1917. Houve, por parte dos outros papas do Renascimento em diante, ou uma aquiescência silenciosa e tolerância, ou uma conivência ativa, embora esta última seja quase sempre acompanhada de declarações floridas de justiça econômica nos menores detalhes, e apelos eloquentes para o fim da opressão dos trabalhadores e os excessos do capitalismo. Nesse sentido, todos os papas desde o pontificado de Leão X no século XVI têm sido papas da usura

As duas declarações papais na era moderna, precedendo o Concílio Vaticano II, que são mais frequentemente citadas com orgulho pelos católicos romanos como apoio aos elevados princípios de justiça social cristã, *Rerum Novarum* de Leão XIII e *Quadragesimo Anno* de Pio XI, não oferecem nada que trate do pecado mortal do juro, exceto para evitar a responsabilidade de ensinar a verdade que sempre foi ensinada, antes de o il fumo di Satana (fumaça de Satanás) entrar na Igreja.

"Pelo contrário, eles apoiaram o sistema de juros sobre o dinheiro com uma retórica ambígua e circunlóquios. Leão XIII, *Rerum Novarum*, 15 de maio de 1891: 'Deus deixou os limites da posse privada para serem fixados pela indústria dos homens e pelas instituições dos povos.'"

"Enquanto a usura se alastrava durante a Grande Depressão e o povo do mundo que respeitava a Igreja Católica se voltava para o papa em busca da restauração das antigas verdades cristãs e do fim da praga da usura, receberam de Pio XI, em 15 de maio de 1931, o seguinte:"

“Portanto, aqueles que estão envolvidos na produção de bens não são proibidos de aumentar sua fortuna de maneira justa e legal; pois é justo que aquele que presta um serviço à comunidade e a torna mais rica também, por meio do aumento da riqueza da comunidade, se torne mais rico de acordo com sua posição, desde que todas essas coisas sejam buscadas com devido respeito às leis de Deus e sem prejudicar os direitos dos outros, e que sejam empregadas de acordo com a fé e a razão reta. Se esses princípios forem observados por todos, em todos os lugares e sempre, não apenas a produção e a aquisição de bens, mas também o uso da riqueza, que hoje muitas vezes se vê em contrariedade com a ordem justa, será logo trazido dentro dos limites da equidade e da distribuição justa.”

A permissão vaga anterior para riquezas adquiridas com “fé, razão reta, as leis de Deus, os direitos dos outros...” substitui uma simples reafirmação da fórmula do dogma eterno que, por cinco séculos, tem clamado para ser professado novamente da Cátedra de Pedro. Algo como a seguinte fórmula proposta, se emitida pelo papa ex cathedra, desferiria um golpe devastador no Poder do Dinheiro: Declaramos que todo e qualquer juro sobre empréstimos de dinheiro, sem exceção, constitui uma grave transgressão contra a Lei Eterna de Deus, pela qual a pena é a punição eterna após a morte. Todos aqueles que ensinam ou insinuam aos fiéis que cobrar juros sobre empréstimos de dinheiro é moral e não pecaminoso, são hereges.

Já se passaram quase 500 anos desde a promulgação da bula modernizante de Leão X sobre os juros, e nesse período de tempo nenhum papa pode ser dito como tendo encontrado em sua consciência a coragem de afirmar publicamente e permitir, substancialmente, algo próximo ao modelo de fórmula que foi proposto anteriormente. Não importa quais sejam seus outros méritos, esses papas todos permitiram hereticamente o ajuste gradual da Igreja à "lógica" do pecado condenador do capitalismo usurário. Aqueles que falam sobre a heresia do modernismo dentro do papado deveriam retroceder seus relógios em 500 anos, até o ponto de seu início.

Pacelli

Ernesto Pacelli (falecido em 13 de junho de 1925), [1] Nobre de Acquapendente e Nobre de Sant'Angelo in Vado, foi um conselheiro financeiro do Papa Leão XIII , Papa Pio X e Papa Bento XV e fundador e presidente do Banco di Roma de 9 de março de 1880 até 1916. Pacelli também serviu como um elo não oficial entre o Vaticano e o governo italiano. O historiador papal John Pollard o chama de "o primeiro dos grandes leigos a ser associado às finanças da Santa Sé ". [2]

Era sobrinho de Francesco Pacelli , neto de Filippo Pacelli e bisneto de Marcantonio Pacelli . Seu primo, Eugenio Pacelli, tornou-se Papa Pio XII

Enciclopédia Católica Sobre a Usura

Enciclopédia Católica (1913)

Usura por Arthur Vermeersch

Platão (Leis, v. 742) e Aristóteles (Política, I, x, xi) consideravam os juros contrários à natureza das coisas; Aristóteles expressou sua desaprovação disso na "Nuvens" (1283 e seguintes); Catão os condenava (ver Cícero, "De Officiis, II, xxv), comparando-os ao homicídio, assim como fez Sêneca (De Benefícios, VII, x) e Plutarco em seu tratado contra o endividamento. Isso é o que dizem os escritores gregos e romanos, que, é verdade, sabiam pouco sobre ciência econômica. Aristóteles desaprovava o lucro do comerciante de dinheiro; e as taxas desastrosas nas quais o dinheiro era emprestado explicam sua severidade. Por outro lado, as leis romanas e gregas,

enquanto consideravam o *mutuum*, ou empréstimo para consumo, como um contrato gratuito em princípio, permitiam que uma cláusula estipulando o pagamento de juros fosse acrescentada ao vínculo. A Lei das Doze Tábuas permitia apenas o *unciarium fenus*, provavelmente 1/12 do capital, ou 8,33% ao ano. Um plebiscito, a *lex Ganucia*, de 412 A.U.C., chegou a proibir todos os juros, mas, em um período posterior, a lei romana permitia juros de 1% ao mês, ou 12% ao ano. Justiniano estabeleceu como regra geral que esse máximo deveria ser reduzido à metade (L. 26, I, c. De usuris, IV, 32). A Caldéia permitia juros sobre empréstimos (cf. Lei de Hamurabi, 48 e seguintes). Não se encontra uma proibição absoluta nos livros do Antigo Testamento; no máximo, Êxodo, xxii, 25, e Deuteronômio, xxiii, 19, 20, proíbem o recebimento de juros de um judeu por outro (cf. Schwalm, "La vie privée du peuple juif à l'époque de J. C.", III, col. 7, Paris, 1910).

Na era cristã, o Novo Testamento é silencioso sobre o assunto; a passagem em São Lucas (vi, 34, 35), que algumas pessoas interpretam como uma condenação dos juros, é apenas uma exortação à benevolência geral e desinteressada. Um certo número de autores, entre eles Bento XIV (De synodo diocesana, X., iv, n. 6), acreditava na existência de uma tradição patrística que considerava as passagens proibitivas da Sagrada Escritura como de aplicação universal. No entanto, a análise dos textos nos leva às seguintes conclusões: até o quarto século, tudo o que pode ser inferido dos Padres e escritores eclesiásticos é que é contrário à misericórdia e à humanidade exigir juros de um homem pobre e necessitado. As veementes denúncias dos Padres dos séculos IV e V foram provocadas pela decadência moral e pela avarizia da época, e não podemos encontrar neles nenhuma expressão de uma doutrina geral sobre este ponto; nem os Padres dos séculos seguintes dizem nada de notável sobre usura; eles simplesmente protestam contra a exploração da desgraça e contra transações que, sob o pretexto de prestar um serviço ao tomador de empréstimo, realmente o lançavam em grande aflição. A questão das taxas moderadas de juros parece quase não ter se apresentado a suas mentes como um assunto de discussão. Os textos relacionados à questão estão reunidos em Vermeersch, *Quæstiones morales de justitia* II, n. 359. Os concílios condenaram, em primeiro lugar, os clérigos que emprestavam dinheiro com juros. Este é o objetivo do 44º dos Cânones Apostólicos; do Concílio de Arles (314), e do 17º cânon do Primeiro Concílio de Niceia (325). É verdade que um texto do Concílio de Elvira (305 ou 306) é citado, o qual, ao ordenar a degradação dos clérigos, também teria imposto punição aos leigos que persistissem obstinadamente em práticas usurárias; mas a menção ao leigo é de autenticidade extremamente duvidosa. Pode-se então afirmar que, até o século IX, os decretos canônicos proibiam esse lucro, considerado vergonhoso, apenas para os clérigos.

No entanto, o 12º cânon do Primeiro Concílio de Cartago (345) e o 36º cânon do Concílio de Aix (789) declararam ser censurável, até mesmo para leigos, fazer dinheiro emprestando com juros. As leis canônicas da Idade Média proibiram absolutamente essa prática. Essa proibição está contida no Decreto de Graciano, q. 3, C. IV, no início, e c. 4, q. 4, C. IV; e no 1. 5, t. 19 das Decretais, por exemplo, nos capítulos 2, 5, 7, 9, 10 e 13. Esses capítulos ordenam que o lucro obtido seja restituído; e Alexandre III (c. 4, "Super eo", eodem) declara que não tem poder para dispensar a obrigação. Os capítulos 1, 2 e 6, eodem, condenam os estratagemas aos quais até os clérigos recorriam para evitar a lei dos concílios gerais, e o Terceiro Concílio de Latrão (1179) e o Segundo Concílio de Lyon (1274) condenam os usurários. No Concílio de Vienne (1311), foi declarado que, se alguém mantivesse obstinadamente que não havia pecado na prática de exigir juros, deveria ser punido como herege (ver c. "Ex gravi", unic. Clem., "De usuris", V, 5). É um fato curioso que, por muito tempo, a impunidade em tais questões foi concedida aos judeus. O Quarto Concílio de Latrão (1215), c. 27, só proíbe que eles exijam juros excessivos. Urbano III, c. 12, "De usuris" (V. 19) e São Luís, em vinte e três de seus regulamentos, estenderam a proibição aos judeus. Com exceção do c. 27 do Quarto Concílio de Latrão, não conhecemos nenhuma lei

canônica que considere a questão dos juros moderados; e o direito canônico em nenhum lugar afirma distintamente que os juros são, sob quaisquer circunstâncias, contrários à justiça. Teólogos e canonistas da Idade Média construíram uma teoria racional sobre o empréstimo para consumo, que contém esta afirmação fundamental: o *mutuum*, ou empréstimo de coisas destinadas ao consumo imediato, não legaliza, como tal, qualquer estipulação para o pagamento de juros; e os juros exigidos sobre tal empréstimo devem ser devolvidos, por terem sido indevidamente cobrados. Esta era a doutrina de São Tomás e Escoto; de Molina, Lessius e de Lugo. Os canonistas a adotaram, assim como os teólogos; e Bento XIV a fez sua na famosa Encíclica *Vix pervenit* de 1º de novembro de 1745, que foi promulgada após exame aprofundado, mas dirigida apenas aos bispos da Itália, e, portanto, não é um Decreto infalível. Em 29 de julho de 1836, o Santo Ofício declarou incidentalmente que esta Encíclica se aplicava a toda a Igreja; mas tal declaração não poderia conferir a um documento um caráter infalível que ele não possuía de outra forma. Os gregos cismáticos, pelo menos desde o século XVI, não consideram o cobramento de juros sobre empréstimos como intrinsecamente ruim.

Enquanto Lutero, Melanchthon e Zwingli condenaram o empréstimo com juros, Calvino permitiu os juros sobre o dinheiro emprestado a pessoas ricas; seu discípulo Salmasius deu efeito a essa opinião por meio de um código sistemático de regras. Com o tempo, um certo número de escritores católicos relaxaram sua severidade. Scipio Maffei, amigo de Bento XIV, escreveu um célebre tratado, *"Dell' impiego del danaro"*, para justificar uma opinião que, nesse assunto, se assemelha à de Calvino. Economistas, em geral, defendem a legalidade teórica dos juros sobre empréstimos. Por muito tempo, o direito civil estava em acordo com o direito canônico; mas já no século XVI, a Alemanha permitiu juros de 5% ao ano; na França, ao contrário, os juros sobre empréstimos foram proibidos até o Decreto de 2 e 3 de outubro de 1789. As leis contemporâneas sempre consideram o empréstimo para consumo como gratuito em princípio, mas permitem que seja acrescentada uma estipulação para o pagamento de juros. Na legislação moderna, duas questões permanecem a ser decididas: (1) se é desejável estabelecer uma taxa máxima legal; e (2) por quais meios podem ser prevenidas as exigências usurárias. A Santa Sé admite praticamente a legalidade dos juros sobre empréstimos, mesmo para propriedades eclesiásticas, embora não tenha promulgado nenhum decreto doutrinário sobre o assunto. Veja as respostas do Santo Ofício datadas de 18 de agosto de 1830, 31 de agosto de 1831, 17 de janeiro de 1838, 26 de março de 1840 e 28 de fevereiro de 1871; e a do Sagrado Penitenciário de 11 de fevereiro de 1832. Essas respostas podem ser encontradas reunidas na *"Collectio Lacensis"* (*Acta et decreta s. conciliorum recentiorum*), VI, col. 677, Apêndice ao Concílio de Pondicherry; e no *"Enchiridion"* do Padre Bucceroni.

Todos admitem que um dever de caridade pode nos ordenar emprestar gratuitamente, assim como nos ordena dar de forma generosa. A questão em discussão é uma questão de justiça: é contrário à equidade exigida nos contratos mútuos pedir ao tomador de empréstimo juros além do valor emprestado? Pode-se observar que os melhores autores já reconheceram há muito tempo a legalidade dos juros para compensar o credor pelo risco de perder seu capital, ou por perda positiva, como a privação do lucro que ele poderia ter feito, caso não tivesse feito o empréstimo. Eles também admitem que o credor está justificado em exigir uma multa de algum tipo (uma penalidade convencional) em caso de atraso no pagamento causado pela falha do tomador de empréstimo. Esses são os chamados motivos extrínsecos, admitidos sem disputa desde o final do século XVI, que justificam a estipulação de juros razoáveis, proporcionais ao risco envolvido no empréstimo. Outra discussão, que não foi encerrada, mas apenas suspensa, refere-se à questão de

saber se o direito civil cria um novo e real título, ou seja, se o Estado pode, para estender e promover o crédito em benefício da comunidade, permitir os juros sobre os empréstimos. Aachamos que ele pode. No entanto, dificilmente haverá necessidade de tal lei, exceto em circunstâncias que já justifiquem a prática geral do empréstimo com juros. (Sobre esses direitos extrínsecos, veja: Funk, "Geschichte des kirchlichen Zinsverbotes"; Lehmkuhl, "Theologia moralis", I, n. 1306 sqq., 11ª ed.)

A questão precisa, então, é a seguinte: se considerarmos apenas a justiça, sem referência a circunstâncias extrínsecas, o empréstimo de dinheiro, ou de qualquer bem móvel que não se destrua pelo uso, dá ao credor o direito a um ganho ou lucro chamado de juros? A essa questão, algumas pessoas, nomeadamente os economistas da escola clássica e alguns escritores católicos, respondem "sim, e sempre"; outras, nomeadamente os socialistas e alguns escritores católicos, respondem "não, nunca"; e, finalmente, alguns católicos dão uma resposta menos incondicional: "às vezes, mas não sempre"; e explicam as diferentes atitudes da Igreja em condenar, em um momento, e em outro autorizar, a prática de cobrar juros sobre empréstimos, pela diferença de circunstâncias e pelo estado da sociedade. O principal argumento a favor da primeira opinião é que o credor presta um serviço ao tomador de empréstimo que deve ser pago. Esta é, claro, uma visão materialista do serviço humano, que, quando prestado em um espírito de benevolência ativa, é retribuído pela gratidão: apenas o serviço oneroso, que custa ou representa algum esforço ou privação, é vendido ou alugado por dinheiro. Agora, em tempos em que as oportunidades de investir dinheiro em empreendimentos comerciais ou convertê-lo em propriedades geradoras de receita eram relativamente raras, um empréstimo feito a uma pessoa solvente, em vez de ser oneroso para o credor, era mais uma vantagem, pois lhe dava plena segurança para o seu dinheiro, já que o tomador de empréstimo o protegia contra sua perda acidental. E acabamos de mostrar que o empréstimo de coisas para consumo imediato não era, como tal, uma fonte de receita. O Padre Ballarini (*Opus morale*, III, pt. III, ii) pensava que a justiça ou injustiça de cobrar juros dependia da intenção de quem empresta; assim, poderíamos conceder crédito gratuitamente, ou poderíamos conceder o uso do nosso dinheiro por uma consideração. No primeiro caso, o contrato é essencialmente gratuito; e como antigamente esse contrato gratuito era a prática comum, a Igreja se opunha a toda reclamação de juros. No entanto, como o uso do dinheiro tem seu valor, assim como o uso de qualquer outra coisa, a Igreja, com base nesse princípio, atualmente permite o empréstimo de dinheiro com juros. Apesar da concordância de muitos autores com essa explicação, não a aprovamos. No Direito Romano, a gratuidade não era essencial ao *mutuum*, mas apenas presumida na ausência de qualquer estipulação em contrário. Pessoas que exigiam juros aberta ou secretamente provavam de forma conclusiva que não estavam motivadas por motivos de benevolência; e a Igreja, ao condená-las, não levantava a questão de sua intenção. A resposta a Ballarini é que o aluguel é um preço pago pelo uso de algo que não é destruído pelo uso. O gasto de dinheiro pode ser produtivo, e a pessoa que empresta dinheiro e, assim, se priva de lucro pode reivindicar uma compensação por essa privação; mas isso é uma questão de circunstâncias extrínsecas, não de justiça em si.

Outros, com Claudio-Jannet (*Le capital, la spéculation et la finance*, iii, II e III), fazem uma distinção entre o empréstimo para consumo e o empréstimo para produção: podemos exigir juros do tomador de empréstimo que toma dinheiro ou crédito para produzir ou ganhar dinheiro; mas não de quem empresta sob pressão de necessidade ou para algum gasto improdutivo. A crescente frequência dos empréstimos para produção, considerada em conexão com as diferentes circunstâncias extrínsecas, pareceria justificar a exigência de juros sobre tais empréstimos nos dias atuais. Em um espírito que não é irreconciliável com as decisões dos Padres sobre o assunto, esse sistema contém um elemento de verdade, que é o fato de que o credor de uma quantia de

dinheiro destinada ao uso produtivo pode se recusar a emprestar, exceto sob a condição de se tornar um parceiro no empreendimento, e pode exigir um juro fixo que represente a parte do lucro que ele razoavelmente esperaria receber. O sistema, no entanto, é formalmente condenado pela Encíclica "Vix pervenit", e contradiz o princípio do valor justo; ele tende, de fato, a fazer o tomador de empréstimo pagar a vantagem especial, enquanto a compensação é regulada pela vantagem geral obtida pelo possuidor de uma coisa, e não pelas circunstâncias especiais do tomador de empréstimo. Outros justificam a prática existente por uma presunção de circunstâncias extrínsecas, que, segundo algumas pessoas, é confirmada pela permissão do direito civil. Essa explicação nos parece insatisfatória. As circunstâncias extrínsecas nem sempre existem, enquanto podemos sempre emprestar com juros, sem qualquer escrúpulo em relação à justiça. E o que há para demonstrar que os legisladores modernos fazem leis apenas para acalmar a consciência das pessoas?

Mas podemos corrigir essa última opinião com a ajuda dos princípios gerais da justiça contratual; e então entenderemos melhor a rigidez das leis dos tempos antigos e a maior liberdade concedida nos dias de hoje. O preço justo de uma coisa baseia-se na avaliação geral, que não depende em todos os casos da utilidade universal, mas da utilidade geral. Como a posse de um objeto é geralmente útil, posso exigir o preço dessa utilidade geral, mesmo quando o objeto não me for útil. Atualmente, há muito mais facilidade para fazer investimentos lucrativos com as economias, e um valor verdadeiro, portanto, sempre está atrelado à posse de dinheiro, assim como ao crédito em si. O credor, durante todo o período do empréstimo, priva-se de uma coisa valiosa, pelo preço da qual é compensado pelos juros. É justo, nos dias de hoje, permitir os juros sobre o dinheiro emprestado, assim como não era errado condenar a prática em uma época em que era mais difícil encontrar investimentos lucrativos para o dinheiro. Enquanto não houvesse objeção ao investimento lucrativo de capital em empreendimentos industriais, o desestímulo ao interesse sobre empréstimos funcionava como um estímulo ao comércio legítimo; também levou à criação de novas associações contratuais, como as companhias de seguros, que oferecem uma esperança razoável de lucro sem risco. A ação da Igreja encontrou defensores distintos, mesmo fora de seu próprio âmbito, entre os representantes da ciência econômica contemporânea. Podemos mencionar três autores ingleses: Marshall, professor de economia política na Universidade de Cambridge (*Principles of Economics*, I, I, ii, sec. 8, etc.); Ashley, professor na nova universidade de Birmingham (*An Introduction to English Economic History and Theory*, I, I, i, sec. 17); e o célebre historiador da economia política, Professor Cunningham (*Growth of English Industry and Commerce*, I, II, vi, sec. 85, terceira edição). Mesmo nos dias atuais, um pequeno número de católicos franceses (Abbé Morel, "Du prêt à intérêt"; Modeste, "Le prêt à intérêt, dernière forme de l'esclavage") vê na atitude da Igreja apenas uma tolerância justificada pelo medo de males maiores. Isso não é verdade. A mudança na atitude da Igreja é inteiramente devido a uma mudança nas questões econômicas que exigem o sistema atual. A própria Santa Sé coloca seus fundos a juros e exige que os administradores eclesiásticos façam o mesmo. Um escritor, o Padre Belliot, dos frades menores, denuncia nos empréstimos com juros "a principal praga econômica da civilização", embora a acumulação de riqueza nas mãos de alguns capitalistas, que ele lamenta tanto, não surja tanto do empréstimo de dinheiro com juros adequados, mas dos investimentos industriais, operações bancárias e especulações, que nunca foram condenadas como injustas em princípio. Nunca houve, em qualquer época, uma proibição contra o investimento de capital em empreendimentos comerciais ou industriais ou em fundos públicos.

Emprestar dinheiro com juros nos dá a oportunidade de explorar as paixões ou necessidades de outros homens, forçando-os a se submeter a condições ruins; os homens são roubados e deixados desamparados sob o pretexto de caridade. Essa é a usura contra a qual os Padres da

Igreja sempre protestaram, e que é universalmente condenada nos dias de hoje. O Dr. Funk a definiu como o abuso de uma certa superioridade às custas da necessidade de outro homem; mas, nesta descrição, ele aponta para a oportunidade e os meios que permitem que alguém cometa o pecado de usura, em vez da malícia formal do pecado em si. É, em si mesma, uma extorsão injusta, ou roubo. O pecado é frequentemente cometido. Em alguns países, encontra-se a exigência de juros de 30, 50, 100 por cento ou mais. O mal é tão grande na Índia que poderíamos esperar disposições legais para combater esse abuso ruinoso. As cobranças exorbitantes dos agiotas por dinheiro emprestado com penhor e, em alguns casos, de pessoas que vendem mercadorias a serem pagas em parcelas, também são exemplos de usura disfarçada sob outro nome. Como remédio para o mal, foram instituídas associações respeitáveis de empréstimos mútuos, como os bancos conhecidos pelo nome de seu fundador, Raiffeisen, e a ajuda foi buscada junto aos legisladores; mas não há consenso geral sobre a forma que a legislação sobre esse assunto deve tomar.

Enciclopédia Católica

Juros por Arthur Vermeersch

Noção de juros

Juros são um valor exigido ou prometido além da restituição do capital emprestado.

Juros moratórios, ou seja, juros devidos como uma indemnização ou penalidade pelo atraso no pagamento, se distinguem de juros compensatórios, que indemnizam o credor pelo risco real de perder seu capital, a perda que ele sofre ou o ganho do qual se priva ao desembolsar seu capital durante o período do empréstimo, e de juros lucrativos, que são um emolumento que o credor não obteria sem emprestar.

Os juros originam-se no empréstimo de bens para consumo, o que permite ao tomador do empréstimo gastar ou destruir as coisas emprestadas, com a condição de devolver um número igual do mesmo tipo ou qualidade. A quantia a ser paga pelo uso de um artigo, que deve ser devolvido, é chamada de aluguel. Tudo o que é consumido pelo uso — como milho, vinho, óleo, frutas, etc. — pode ser o objeto de um empréstimo (sentido anterior), mas, normalmente, é uma quantia de dinheiro que é emprestada.

Legitimidade do empréstimo com juros

É permitido emprestar com juros? Antigamente (ver USURA), a Igreja condenava rigorosamente a cobrança de qualquer valor além do capital, exceto quando, devido a alguma circunstância especial, o credor estivesse em risco de perder seu capital ou não pudesse emprestar seu dinheiro sem se expor a uma perda ou à privação de um ganho. Essas razões especiais, que autorizam a cobrança de juros, são chamadas de títulos extrínsecos.

Além desses juros compensatórios, a Igreja também admitiu os juros moratórios. Nos dias de hoje, ela permite a prática geral de emprestar com juros, ou seja, autoriza o imposto, sem que seja necessário investigar se, ao emprestar seu dinheiro, o credor sofreu uma perda ou se privou de um ganho, desde que ele exija um juros moderado pelo dinheiro emprestado. Essa exigência nunca é injusta. Somente a caridade, e não a justiça, pode obrigar alguém a fazer um empréstimo gratuito (veja as respostas da Penitenciária e do Santo Ofício desde 1830).

Qual a razão para essa mudança na atitude da Igreja em relação à cobrança de juros? Como pode ser visto mais detalhadamente no artigo sobre USURA, essa diferença se deve a circunstâncias econômicas. O preço dos bens é regulado pela avaliação comum, e esta pela utilidade que sua posse traz normalmente em determinado centro. Agora, hoje, ao contrário de antigamente, é possível empregar o dinheiro de forma frutífera, pelo menos ao colocá-lo em um sindicato. Por isso, hoje, a simples posse de dinheiro significa um valor certo. Quem entrega essa posse pode exigir, em troca, esse valor. Assim, age-se ao exigir um juros.

Taxa justa de juros

Mesmo hoje, ainda é possível pecar contra a justiça ao exigir um juros excessivamente alto, ou usura, como é chamada. Então, qual juros é justo e moderado? Teoricamente, e de forma abstrata, a taxa justa de juros corresponde quase ao ganho médio que aqueles que se dedicam aos negócios geralmente podem esperar em um determinado centro. Ela quase corresponde, pois os juros são garantidos, enquanto o lucro é incerto, sendo necessário descontar o valor de um prêmio de seguro do lucro médio. Portanto, em um determinado centro, se aqueles que aplicam seu dinheiro em imóveis, terras ou empreendimentos industriais geralmente buscam um lucro de 6%, a taxa justa de juros será em torno de 4 ou 5%. Essa taxa cobre os riscos e inconvenientes ordinários do empréstimo. Mas, se for necessário correr riscos especiais ou oferecer um prêmio extraordinário, pode-se, em toda justiça, exigir uma taxa de juros mais alta. Assim, essa é a regra teórica. Na prática, porém, como até mesmo a resposta da Penitenciária Apostólica demonstra (18 de abril de 1889), o melhor caminho é se conformar aos usos estabelecidos entre os homens, exatamente como se faz em relação a outros preços, e, como acontece com tais preços, as circunstâncias particulares influenciam a taxa de juros, seja aumentando ou diminuindo-a. Dessa forma, a segurança oferecida pelos empréstimos aos governos de países ricos e aqueles que cobrem hipotecas diminui a taxa para empréstimos públicos e sobre hipotecas. Pelo contrário, o juros sobre o transporte marítimo e negócios mercantis é mais alto do que o de negócios civis, devido à maior incerteza das viagens marítimas e dos empreendimentos comerciais.

A Usura Ainda é um Pecado?

Ensino Social Católico – Thomas Storck

29 de janeiro de 2012

“A Igreja não mudou seu ensino sobre a usura e pode-se fazer um argumento razoável sobre a validade da injustiça intrínseca da própria usura.”

Introdução

Para saber se a usura ainda é um pecado, devemos primeiro entender o que ela é. Embora hoje em dia a usura comumente signifique cobrar juros excessivos sobre empréstimos, ou talvez apenas sobre empréstimos destinados a fins consumistas,[nota] Esta é a compreensão de usura adotada por Hilaire Belloc em seu ensaio de 1931 "Sobre Usura" no livro *Essays of a Catholic* (Rockford, Ill: TAN, [1931] 1992), 15-28. Na verdade, a ideia de limitar a proibição da usura aos empréstimos produtivos havia sido proposta já no século XVII. Veja Patrick Cleary, *The Church and Usury* (Palmdale, Calif.: Christian Book Club of America, [1914] 2000), 157.[/nota] a doutrina clássica da Igreja sobre a usura e os debates entre alguns de seus grandes teólogos estavam preocupados com outra questão. Pois a usura, como foi entendida por séculos, significava cobrar qualquer tipo de juros sobre um empréstimo simplesmente em virtude do contrato de empréstimo, ou seja, sem qualquer outra causa justificadora, exceto o fato de que o dinheiro está sendo emprestado. A discussão papal mais recente e relativamente completa sobre a usura ocorreu na encíclica *Vix pervenit* de 1745, do Papa Bento XIV. O papa afirmou:

“A natureza do pecado chamado usura tem seu devido lugar e origem em um contrato de empréstimo... [que] exige, pela sua própria natureza, que se devolva ao outro apenas o que ele recebeu. O pecado reside no fato de que, às vezes, o credor deseja mais do que deu... mas qualquer ganho que exceda a quantia dada é ilícito e usurário.

Não se pode justificar o pecado da usura argumentando que o ganho não é grande ou excessivo, mas sim moderado ou pequeno; nem se pode justificar alegando que o tomador do empréstimo é rico; nem mesmo argumentando que o dinheiro emprestado não fica ocioso, mas é gasto de forma útil...”

Embora, como veremos, na mesma encíclica, Bento XIV permite expressamente a possibilidade de que existam títulos legítimos para juros que não se enquadram como usura, a questão central é simplesmente se os juros são, em algum momento, justificados unicamente em virtude de um contrato de empréstimo, e devemos manter esse ponto em mente enquanto avançamos. A usura é uma questão que surge na interseção da teologia, filosofia, economia e direito, com implicações para cada um desses campos. Considerando o peso da condenação consistente e centenária da Igreja à usura, obviamente surge uma questão teológica sobre o desenvolvimento do dogma, assim como a validade dos veneráveis argumentos na teologia moral escolástica e na filosofia moral, no direito canônico e nos ensinamentos da teoria econômica. No entanto, abordarei o assunto principalmente sob a ótica da filosofia moral e da teologia, que, juntamente com o direito canônico, foi historicamente o campo onde a maior parte da controvérsia se deu.

Antecedentes históricos e desenvolvimento

Como a questão da usura tem uma história inusitadamente longa e rica, considero necessário esboçar esse contexto, sem o qual tanto a importância da controvérsia quanto o peso da

argumentação intelectual em defesa da posição tradicional da Igreja poderiam não ser claros. Além disso, uma abordagem histórica ajudará a mostrar como gradualmente as características essenciais da condenação da usura foram elaboradas. O julgamento negativo sobre a usura na Igreja primitiva ocorre em um contexto de ampla condenação por escritores gregos e romanos, bem como no Antigo Testamento. A lista de autores pagãos clássicos que desaprovavam a usura é impressionante e inclui Platão,[nota] *Leis*, livro V, 742.[/nota] Aristóteles,[nota] *Política*, livro I, 10, 11. Como a opinião de Aristóteles sobre a usura foi a mais citada de todos os autores pagãos durante a Idade Média, reproduzo-a aqui: “A forma mais odiada [de obtenção de riqueza], e com maior razão, é a usura, que faz um ganho a partir do próprio dinheiro, e não do objeto natural dele. Pois o dinheiro foi destinado a ser usado na troca, mas não para aumentar com juros. E este termo 'juros', que significa o nascimento do dinheiro a partir do dinheiro, é aplicado à reprodução do dinheiro porque a prole se assemelha ao pai. Portanto, de todas as formas de obtenção de riqueza, esta é a mais antinatural” (1258b, tradução de Oxford). Não se deve colocar ênfase demais na declaração de Aristóteles sobre a “reprodução do dinheiro” isoladamente, pois a questão de saber se o dinheiro pode ser frutífero é em grande parte uma questão semântica.[/nota] Aristóteles,[nota] *As Nuvens*, 1283ff.[/nota] e Sêneca.[nota] *De Beneficiis*, livro VII, 10.[/nota] Além de uma condenação geral da usura por algumas das melhores mentes do mundo clássico, o direito romano forneceu o conceito legal a partir do qual o direito canônico mais tarde extrairia sua análise fundamental sobre a questão da usura. Este conceito foi o contrato de *mutuum* do direito romano, e dificilmente se pode subestimar sua importância para entender a questão da usura no período medieval e posteriormente.

O assunto do *mutuum* deve consistir em coisas que podem ser medidas, pesadas ou numeradas, como vinho, trigo ou dinheiro; ou seja, coisas que, ao serem consumidas, podem ser restauradas de forma semelhante... Pela natureza desse contrato, a obrigação é imposta ao tomador do empréstimo de devolver ao credor, não a coisa idêntica emprestada, mas o seu equivalente—isto é, outra coisa do mesmo tipo, qualidade e valor...

Em relação à responsabilidade pela perda, uma vez que, pelo caráter peculiar do contrato, o direito de consumo passa para o tomador do empréstimo, este último é considerado o proprietário prático da coisa emprestada, e, portanto, assume totalmente o risco sobre ela...

[nota] William C. Morey, *Outlines of Roman Law*, 2ª ed. (Nova York: G.P. Putnam's, 1914), 355–56.[/nota]

As duas características do contrato *mutuum* que se tornaram extremamente relevantes nas discussões subsequentes sobre a usura foram o fato de que, em tal empréstimo, o bem emprestado não era devolvido, mas consumido de alguma forma pelo tomador, e que, portanto, o tomador era considerado o proprietário dos bens emprestados para todos os efeitos práticos. Isso contrasta com o empréstimo ou aluguel de algo que será fisicamente devolvido, como uma casa ou um carro.

O Antigo Testamento também contém várias condenações à usura.[nota] Êxodo 22:25, Levítico 25:36–37, Deuteronômio 23:19–20, Neemias 5:7–10, Salmo 15:5, Provérbios 28:8, Jeremias 15:10, Ezequiel 18:8, 13, 17 e 22:12.[/nota] Embora as passagens do Pentateuco limitem a proibição apenas aos israelitas, as passagens posteriores, como o Salmo 15 e Ezequiel, são

formuladas como se fossem para aplicação universal. Acho que a melhor maneira de entender as proibições de usura tanto no contexto pagão quanto no judaico é vê-las como parte de um quadro geral de desaprovação à usura, sem dar ênfase excessiva às razões apresentadas em qualquer texto específico ou, até mesmo, como no Pentateuco, à questão de saber se a usura foi proibida apenas aos judeus.

[nota] "Os rabinos modernos oferecem uma explicação extremamente interessante para a permissão dada pela Torá. Dizem eles que, naquela época, não havia lei entre os gentios que proibisse a prática de usura; e era apenas justo que os judeus pudessem cobrar usura de um povo que poderia cobrar usura deles. Assim, por um sistema de compensação, os judeus estavam protegidos contra o empobrecimento devido ao pagamento da usura, já que o que era pago em usura por alguns, era recuperado por outros membros da raça" (Cleary, *The Church and Usury*, 7).[/nota]

A usura era vista com desconfiança, tinha um “odor ruim”, e as pessoas justas não a cobravam. Essa condenação um tanto vaga à usura foi a herança da Igreja e explica o fato de que alguns dos primeiros cânones parecem condenar a usura apenas quando cobrada por clérigos, embora também existam proibições decisivas de que ela seja considerada intrinsecamente injusta.[nota] A atmosfera de desaprovação à usura nos círculos intelectuais judaicos e cristãos também é clara nas denúncias da usura no Alcorão. Veja 2:275–6, 3:130, 4:161, 30:39.[/nota] A Igreja manifesta pela primeira vez sua oposição à usura durante o período patrístico.[nota] Sobre o período pré-escolástico, veja John T. Noonan, *The Scholastic Analysis of Usury* (Cambridge: Harvard University, 1957), 12–17, e Cleary, *The Church and Usury*, 37–62. O trabalho de Noonan é exaustivo nos detalhes históricos, mas ele claramente tem um viés a favor da vacuidade da proibição da usura, e esse viés se manifesta frequentemente na forma como apresenta as opiniões dos teólogos e canonistas. Mais seriamente, ele afirma (57) que São Tomás limita a discussão sobre usura apenas ao dinheiro, enquanto, de fato, tanto na *Summa Theologiae* II — II, q. 78, quanto no *De Malo*, q. 13, Tomás dedica a maior parte do tempo falando sobre trigo e vinho. Noonan cita esse último trabalho, mas omite a seção sobre alimentos e bebidas.[/nota] Numerosos escritores condenam a usura, incluindo Apolônio, Clemente de Alexandria, Tertuliano, Cipriano, Basílio, Gregório de Nissa, Ambrósio, Agostinho, Jerônimo e João Crisóstomo. Além disso, os Cânones Apostólicos, que datam de sua forma final por volta de 380, em seu 44º cânon, proíbem a cobrança de usura pelos clérigos, assim como o Concílio de Arles, em 314 (12º cânon), e o Primeiro Concílio de Nicéia, em 325 (17º cânon), enquanto o Concílio de Elvira, de 305 ou 306, o Primeiro Concílio de Cartago, em 345 (12º cânon), e o Concílio de Aix, em 789 (36º cânon), também a proíbem para os leigos. [nota] Arthur Vermeersch, "Usura," *The Catholic Encyclopedia* (Nova York: Robert Appleton, 1912), Vol. 15, 235. A autenticidade da condenação da usura pelos leigos por Elvira é duvidosa.[/nota]

Muitas das declarações patrísticas contra a usura estão na forma de denúncias da exploração dos pobres e, portanto, não afirmam se a usura é uma ofensa contra a justiça ou simplesmente uma questão de caridade, ou até mesmo se é apenas proibida pela lei positiva da Igreja.[nota] Cf. Cleary, *The Church and Usury*, 48–56.[/nota] Mas entre as estritas condenações patrísticas à usura, duas merecem menção especial. A primeira é a carta de Leão Magno, *Ut nobis gratulationem*, endereçada aos bispos da Campânia, Piceno e Toscana, em outubro de 443. [nota] Denzinger, 280–81.[/nota] Ela contém uma seção tratando da usura, conhecida pelas palavras iniciais, *Nec hoc quoque*. John Noonan a chama de "o único documento mais importante da Igreja

primitiva sobre a usura." [nota] Noonan, *The Scholastic Analysis of Usury*, 15.[/nota] Ela é importante porque vem da suprema autoridade eclesiástica, porque claramente inclui os leigos em sua proibição e porque destaca a usura como intrinsecamente injusta, não simplesmente como uma das várias práticas desprovidas de caridade que exploram os pobres. A segunda menção importante é uma notável declaração conhecida como *Ejiciens*, anteriormente atribuída a São João Crisóstomo, mas agora considerada do século V. Ela foi mais tarde incorporada por Gratiano no direito canônico da Igreja e antecipa a forma clássica do argumento contra a usura apresentado por São Tomás, oferecendo a justificativa mais clara para a proibição da usura em qualquer um dos primeiros documentos. Vale a pena citá-la com mais detalhes.

De todos os mercadores, o mais amaldiçoado é o usurário, pois ele vende um bem dado por Deus, e não um bem adquirido como o mercador adquire os seus bens dos homens; e depois da usura, ele busca novamente o seu próprio bem, tomando tanto o seu bem quanto o bem do outro. O mercador, no entanto, não busca novamente o bem que vendeu. Alguém pode objetar: Não é aquele que aluga um campo para receber os frutos ou uma casa para obter uma renda semelhante ao que empresta seu dinheiro a juros? Certamente que não. Primeiro, porque o dinheiro só deve ser usado para comprar. Em segundo lugar, porque aquele que possui um campo, ao cultivá-lo, recebe frutos dele; aquele que possui uma casa tem o uso de nela habitar. Portanto, aquele que aluga um campo ou uma casa parece estar dando o que é seu para uso e recebendo dinheiro, e de certa forma, parece que ele trocou um ganho por outro. Mas com o dinheiro que é guardado, você não tira nenhum uso. Em terceiro lugar, um campo ou uma casa se deteriora no uso. O dinheiro, no entanto, quando é emprestado, não é nem diminuído nem deteriorado.

[nota] Como citado em Noonan, *The Scholastic Analysis of Usury*, 38–39.[/nota]

A passagem de *Ejiciens* faz uma distinção crucial entre os bens que devem ser devolvidos ao seu proprietário original após o uso, e os bens como o dinheiro, que são devolvidos apenas em quantidade e espécie, sendo o sujeito de um contrato de *mutuum*. O primeiro tipo de bem normalmente se deteriora com o uso e o proprietário pode cobrar algo pelo uso, esperando, claro, a devolução do bem original. Mas com um bem que, como diz o ditado, é consumido no seu uso, é difícil ver como alguém pode cobrar por desgaste.

[nota] No *De Malo*, q. 13, ad 4, Tomás rejeita o argumento do "desgaste". Mas, apesar disso, parece-me que esse argumento se encaixa bem na compreensão de Tomás da questão, como veremos mais adiante.[/nota] A lógica de *Ejiciens* não é totalmente clara em todos os aspectos, e há mais do que apenas indícios de alguns dos argumentos populares contra a usura que foram finalmente rejeitados por não resistirem ao exame, como a ideia de que o tempo não poderia ser vendido e que o dinheiro era puramente uma medida. No entanto, aqui temos uma das primeiras e mais sólidas compreensões do argumento tomista, pelo menos em sua forma germinal.

Antes de prosseguirmos para o período escolástico com suas discussões ricas e complexas sobre a usura, seria prudente resumir onde nos encontramos. A usura é claramente condenada no Antigo Testamento, por vários autores clássicos pagãos notáveis e pela Igreja primitiva. No entanto, muitas dessas fontes parecem condenar a usura como um pecado contra a caridade, e não necessariamente contra a justiça, no sentido de que a incluem em denúncias gerais de atos que

exploram os pobres. Normalmente, não há uma razão clara dada nessas declarações para afirmar que a usura é errada, e a maioria delas tende mais à retórica do que a ser um exame racional do que é a usura e por que ela é errada. Mas ninguém poderia ler essa massa de material e sair sem entender que a usura ofende a moral cristã, seja qual for a base final de sua depravação.

A seguir, voltamos nossa atenção ao elaborado desenvolvimento das teorias sobre a usura que começou de forma tentativa no início da Idade Média e durou até cerca da metade do século XVIII. A análise escolástica da usura de modo algum terminou com o fim do período medieval, pois o mesmo tipo de raciocínio e argumentos, mesmo que com resultados às vezes diferentes, foi empregado por vários séculos depois. Ao discutir esse período, procederei da seguinte forma: após algumas observações preliminares, apresentarei os ensinamentos escolásticos sobre usura que têm mais força, principalmente pronunciamentos oficiais da Igreja e as opiniões de São Tomás de Aquino. Em seguida, discutirei os tipos de contratos que se tornaram cada vez mais comuns como meios para evitar ou contornar a proibição da usura, observando em particular as reações oficiais a esses contratos. Isso nos levará até o fim do período em que o raciocínio escolástico pode ser considerado como pressuposto no mundo da teologia e filosofia católica, um período que, para nossos fins, coincide convenientemente com a encíclica de Bento XIV, *Vix pervenit*.

Devemos ter em mente que, durante todo esse período, praticamente nenhum católico tentou justificar a cobrança de usura como tal; sobre isso, não houve controvérsia de que se possa falar. A controvérsia e os argumentos complexos que caracterizam esse período dizem respeito não à questão de saber se é lícito cobrar juros simplesmente pelo fato de um contrato de *mutuum* existir, mas ao porquê disso, e especialmente se diversos outros contratos constituem ou não usura e se e quando títulos extrínsecos podem ser invocados para que alguém possa justamente receber juros de um empréstimo.

Durante o período carolíngio, tanto as autoridades eclesiásticas quanto civis promulgaram numerosos decretos contra a usura, incluindo a excomunhão para leigos culpados de usura. [nota] Noonan, *The Scholastic Analysis of Usury*, 16. [/nota] A análise escolástica propriamente dita pode ser considerada como iniciada por São Anselmo de Cantuária, "o primeiro autor medieval a sugerir a semelhança entre usura e roubo... uma das primeiras indicações de que a usura deve ser considerada um pecado contra a justiça." [nota] Ibid., 17. [/nota] Na Alta Idade Média, a discussão sobre a usura tornou-se mais focada e clara. Ao mesmo tempo, os escritores às vezes tomaram como base para a reprovação da usura um fundamento que foi subsequentemente abandonado ou, pelo menos, não encontrou muito apoio em outros autores, como a ideia de que o tempo estava sendo vendido na usura; a doutrina aristotélica de que o dinheiro não era frutífero ou que o dinheiro era puramente uma medida; e a ideia de que um empréstimo deveria ser gratuito (cf. Lc 6:35) e, portanto, o credor não poderia esperar ou receber qualquer recompensa além da devolução do principal. Mas as bases que forneceriam os melhores meios de entender a pecaminosidade da usura também foram frequentemente mencionadas e, no caso de São Tomás, constituíram seu principal argumento contra ela. Essas bases são principalmente a natureza consumível do dinheiro, e, portanto, o fato de que ao emprestar dinheiro, a mesma coisa não é devolvida, mas algo do mesmo tipo e valor, e assim a propriedade, de certa forma, passa para o tomador. O ponto importante sobre o desenvolvimento da doutrina escolástica sobre a usura é que quase todos os escritores buscaram fundamentar a proibição da Igreja na própria lei natural, embora de várias formas tenham explicado isso. [nota] Para uma interpretação um pouco diferente da base da lei

natural da proibição da usura, veja Christopher A. Franks, "The Usury Prohibition and Natural Law, a Reappraisal," *The Thomist* 72, nº 4 (outubro de 2008): 625–60.[/nota]

A discussão mais madura de São Tomás sobre a usura está na *Summa Theologiae* II-II, q. 78. [nota] Veja também o *De Malo*, q. 13, a. 4.[/nota] Cito extensivamente o Respondeo do artigo 1, que contém sua teoria de forma concisa.

Respondo que receber usura por dinheiro emprestado [mutuato] é, em si, injusto, porque se vende aquilo que não existe, com o que claramente se constitui uma desigualdade que é contrária à justiça. Para evidenciar isso, deve-se saber que existem certas coisas cujo uso é o consumo dessas coisas; assim como consumimos vinho ao usá-lo para beber ou consumimos trigo ao usá-lo para alimentação. Daí, em tais coisas, o uso de uma coisa não deve ser computado separadamente da coisa em si mesma; mas a quem for concedido o uso, a partir desse fato, é concedida também [a posse] da coisa; e por conta disso, em tais coisas, por meio do empréstimo [mutuum], a propriedade é transferida. Se alguém, portanto, deseja vender separadamente o vinho, e novamente deseja vender o uso do vinho, estaria vendendo a mesma coisa duas vezes, ou estaria vendendo aquilo que não existe; com isso, claramente, pecaria por injustiça. E por uma razão semelhante, comete injustiça aquele que empresta [mutuat] vinho ou trigo buscando receber duas recompensas; uma, de fato, a restituição de uma quantidade igual da coisa, e a outra, por outro lado, o preço do uso, o que é chamado de usura.

Abaixo, considerarei este argumento em mais detalhes e tentarei mostrar como ele fornece uma justificativa intelectual sólida para a proposição de que, em um empréstimo de mutuum, nada pode ser solicitado, exceto o principal, a menos que algum outro título de interesse também esteja presente. Além das numerosas condenações papais e das feitas por concílios locais, vale a pena mencionar as várias condenações da usura pelos concílios ecumênicos durante este período, incluindo o Laterano II em 1139, [nota]Canon 13 proíbe o sepultamento cristão para os usurários (Denzinger, 716).[/nota] o Laterano III em 1179, o Lyon II em 1274, o Vienne em 1311–12, [nota]Denzinger, 906. "O Concílio de Vienne apresenta uma variedade de dificuldades. Com exceção de alguns fragmentos, os atos do Concílio se perderam... Joannes Andreas... nos conta que o Papa Clemente V fez modificações consideráveis nas constituições... por isso é difícil decidir quais decretos foram aprovados no Concílio" (Cleary, *A Igreja e a Usura*, 74–75).[/nota] e o Laterano V em 1512–17. Mencionarei este último novamente em conexão com a questão dos montes pietatis.

Embora, como disse, em vista das repetidas condenações da usura pela Igreja, fosse extremamente raro alguém defender diretamente a prática durante o período escolástico, as necessidades de negócios, ou talvez a ganância dos homens, procuraram maneiras de garantir um retorno seguro e garantido, ao mesmo tempo em que evitavam o pecado da usura ou, ao menos, as severas penas canônicas às quais os usurários estavam sujeitos. Um desses métodos foi o *contractus trinus*, ou contrato triplo. [nota]Sobre o *contractus trinus*, veja Noonan, *A Análise Escolástica da Usura*, 202–29, e Cleary, *A Igreja e a Usura*, 126–32.[/nota]

De maneira resumida, o *contractus trinus* era um contrato triplo existente entre dois parceiros comerciais. O primeiro contrato era o simples contrato de parceria, pelo qual um parceiro se

comprometia a fornecer os fundos e o outro a realizar o comércio. O segundo contrato era um contrato de seguro, pelo qual o parceiro ativo garantia o principal do parceiro inativo, e o terceiro contrato, igualmente um contrato de seguro, pelo qual o parceiro inativo tinha garantido um lucro, menor do que o que a empresa provavelmente faria, mas garantido, enquanto o lucro da própria parceria estava sempre em alguma dúvida devido às condições de negócios incertas, possibilidade de perda, etc. O parceiro silencioso pagava pelos dois contratos de seguro abrindo mão da diferença entre o lucro que ele poderia ter feito como parceiro pleno e o que receberia como lucro garantido, digamos, a diferença entre 8% esperado e 4% garantido. Assim, mesmo que o empreendimento fracassasse, o parceiro ativo seria obrigado a restaurar o principal mais um lucro garantido ao parceiro inativo. Embora uma bula de Sixto V de 1586 possa ser interpretada como condenando o *contractus trinus*, ela teve efeito limitado. Os teólogos argumentaram que a condenação do contrato triplo não se baseava na lei natural, mas era apenas uma legislação positiva por parte do papa, e além disso, sua aparente ambiguidade deixava dúvidas sobre exatamente quais contratos estavam incluídos em suas restrições. Durante o século XVI, o *contractus trinus* foi amplamente utilizado, mesmo sem aprovação definitiva pela Igreja.

Outro contrato popular usado para evitar a usura foi o *census* ou renda. [nota]Sobre o *census*, veja Noonan, *A Análise Escolástica da Usura*, 230–48, e Cleary, *A Igreja e a Usura*, 121–26.[/nota] O *census* era uma espécie curiosa de contrato, pelo menos aos ouvidos modernos. Em sua forma original, alguém compraria o direito de receber a renda, ou até mesmo a produção real, de alguma coisa definida, como uma fazenda. Mais tarde, com o *census* pessoal, isso se estendeu a ser apenas o direito a um retorno do trabalho de uma certa pessoa, ou o *census* poderia ser estabelecido com base na receita fiscal de uma cidade ou até mesmo com base na renda de outro e anterior *census*. Além disso, os contratos de *census* tinham muitas variações, por exemplo, alguns previam que o *census* poderia ser rescindido por pedido do comprador, do vendedor ou de ambas as partes. O Papa Martinho V, em 1425, aprovou os tipos mais conservadores de *census*, mas os tipos mais exóticos e especulativos nunca receberam aprovação oficial, embora fossem defendidos por alguns teólogos.

Tanto o *contractus trinus* quanto o *census* assumiram muitas formas de acordo com as necessidades ou desejos dos mercadores. Ainda mais notável, no entanto, foi o crescimento da noção de contratos implícitos. [nota]Sobre os contratos implícitos, veja Noonan, *A Análise Escolástica da Usura*, 269–80, e Cleary, *A Igreja e a Usura*, 153–55.[/nota] Mercadores, e até mesmo os notários que redigiam os contratos, frequentemente não se preocupavam em colocá-los na forma exigida pela autoridade teológica, ou seja, especificar claramente e distintamente as três partes de um *contractus trinus*, de modo que um documento de contrato que fosse redigido de forma ambígua pudesse parecer à primeira vista um contrato de *mutuum*, com o retorno garantido sendo simplesmente um exemplo de usura. [nota] O Duque Guilherme V da Baviera, em 1581, tentou interromper esse movimento em direção à aceitação fácil de contratos com redação frouxa, elaborando vários modelos de contrato para uso de seus súditos. Veja Cleary, *A Igreja e a Usura*, 154–55.[/nota] Isso também encontrou defensores teológicos que desenvolveram a teoria, que se tornou amplamente aceita, de que, se um contrato, não importando como sua redação fosse, pudesse ser analisado em algum tipo aceitável, então ele era lícito, e que os mercadores precisavam apenas ter a intenção implícita de entrar em algum tipo de contrato lícito, mesmo que não pudessem especificar qual seria esse tipo. “Não apenas os efeitos do contrato triplo e do *census* eram os de um empréstimo, mas até sua forma não precisava ser explicitamente diferente da de um empréstimo, se a forma pudesse ser reduzida analiticamente a um contrato lícito.” [nota]Noonan, *A Análise Escolástica da Usura*, 279.[/nota]

Embora entre os católicos a usura como tal ainda encontrasse quase nenhum defensor nos séculos XVI e XVII, a opinião teológica, trabalhando de mãos dadas com a inventividade dos mercadores e advogados, havia conseguido fornecer vários substitutos que permitiam tanto a segurança do principal quanto um retorno garantido. Mas antes de discutirmos a dramática, embora confusa, mudança de eventos após 1745, devemos observar os títulos para juros legítimos sobre empréstimos que estavam se desenvolvendo desde a Idade Média, e que acabaram se tornando mais significativos do que tanto o *contractus trinus* quanto o *census*, porque poderiam ser aplicados diretamente a um contrato de empréstimo, sem necessidade de usar uma forma particular de palavras na redação do contrato. Estes eram os títulos para juros legítimos considerados extrínsecos ao próprio contrato de *mutuum*, ou seja, eles poderiam ou não existir dependendo das circunstâncias extrínsecas, mesmo que algumas dessas circunstâncias estivessem quase sempre presentes. Estes eram, principalmente, o *lucrum cessans* e o *damnum emergens*.

O *lucrum cessans* e o *damnum emergens* são, de certa forma, dois lados da mesma moeda. O primeiro refere-se ao lucro que alguém poderia ter feito com seu dinheiro se não tivesse, ao invés disso, feito um empréstimo de *mutuum*, e o segundo é o dano ou perda que um credor sofreu ou poderia sofrer porque não teve acesso ao seu dinheiro durante o tempo do empréstimo. Admitidos em princípio, ao menos em casos isolados, no início do debate, eles se tornam amplamente aceitos mais tarde. Um ponto a ser observado, no entanto, é que aqui a questão da intenção de alguém ao fazer um empréstimo, um ponto que ganhou grande destaque em certos momentos nos debates sobre usura e que ainda não analisamos, deve ser mencionada. Se um mercador acostumado ao comércio usasse uma quantia de dinheiro para um empréstimo de *mutuum* ao invés de usá-lo em um empreendimento comercial, então claramente ele poderia reivindicar *lucrum cessans*, uma vez que ele sempre estava envolvido em atividades lucrativas com seu dinheiro. Mas e quanto a alguém que simplesmente queria uma forma segura de obter um retorno? É verdade que teoricamente ele poderia se engajar no comércio e, portanto, qualificaria para *lucrum cessans*, mas em muitos casos não havia uma real probabilidade de ele fazer isso, seja por inexperiência, seja por medo de perdas, por exemplo. Levanto esse ponto aqui em conexão com os títulos extrínsecos, e voltaremos a ele quando discutirmos as questões morais do empréstimo na economia atual.

Um último assunto que deve ser mencionado em nossa revisão histórica são os ****montes pietatis**. Os *montes pietatis* foram instituições, geralmente patrocinadas por governos municipais ou pela Igreja, que faziam empréstimos a taxas de juros baixas para fornecer uma alternativa aos usurários. Eles tinham algumas semelhanças com as casas de penhores, pois exigiam que um penhor fosse deixado para cobrir a possibilidade de o empréstimo não ser pago. Como regra, cobravam juros para cobrir suas despesas, incluindo os salários de seus empregados. Seriam esses juros considerados usura e, portanto, apesar das boas intenções de seus fundadores, seriam os *montes* ilícitos? Anteriormente, era amplamente aceito que um empréstimo de *mutuum* só poderia ser feito por um mercador que desviasse fundos para um empréstimo, provavelmente por caridade em relação ao mutuário. Justificar os *montes* parecia abrir caminho para a justificação do empréstimo como um negócio, pois, se os *montes* podiam cobrar para cobrir os salários de seus empregados, por que um agente de penhor privado não poderia fazer o mesmo? Por causa de considerações como essas, os *montes* tinham muitos opositores, mas os papas deram sua aprovação a vários *montes* individuais ao longo da Itália, e a aprovação definitiva veio em 1515 com sua aceitação pelo Concílio Laterano V, apesar da oposição do famoso comentarista tomista, o Cardeal Cajetano. [nota]Para o texto do decreto, veja Denzinger, 1442–44.[/nota] Veremos que

essa aprovação da cobrança de juros para cobrir despesas figura em nossa discussão abaixo sobre juros lícitos e ilícitos.

Questões sobre o que era e o que não era usura continuaram sendo debatidas, às vezes de forma amarga, por teólogos em toda a Europa Católica até meados do século XVIII. Nesse ponto (1745), apareceu a encíclica papal, *Vix pervenit*, já mencionada. *Vix pervenit* foi a discussão mais extensa sobre usura jamais feita por um papa, e reafirmou os elementos essenciais do ensino tradicional, ao mesmo tempo em que dava expressa permissão para títulos extrínsecos. Embora originalmente tenha sido dirigida apenas aos bispos da Itália, e portanto não fosse um ensino vinculante para toda a Igreja, "foi estendida à Igreja Universal por um decreto da Santa Sé de 28 de julho de 1835." [nota]Noonan, *A Análise Escolástica da Usura*, 357.[/nota] Como esta é a autoridade controladora para nossa discussão, citarei novamente e de forma mais completa.

A natureza do pecado chamado usura tem seu lugar e origem próprios em um contrato de empréstimo [*in contractu mutui*]. Este contrato financeiro entre partes consententes exige, por sua própria natureza, que uma parte devolva à outra exatamente o que recebeu. O pecado repousa sobre o fato de que, às vezes, o credor deseja mais do que deu. Portanto, ele argumenta que algum ganho lhe é devido além do que emprestou, mas qualquer ganho que exceda o valor que ele deu é ilícito e usurário. Não se pode justificar o pecado da usura argumentando que o ganho não é grande ou excessivo, mas sim moderado ou pequeno; nem pode ser justificado pelo argumento de que o mutuário é rico; nem mesmo pelo argumento de que o dinheiro emprestado não ficou ocioso, mas foi gasto de maneira útil, seja para aumentar a fortuna de alguém... ou para se envolver em transações comerciais. A lei que rege os empréstimos consiste necessariamente na igualdade do que é dado e retornado; uma vez que a igualdade tenha sido estabelecida, quem exigir mais do que isso viola os termos do empréstimo...

Com essas observações, no entanto, não negamos que, em alguns casos, juntamente com o contrato de empréstimo, certos outros títulos — que não são de forma alguma intrínsecos ao contrato — podem correr paralelamente a ele. A partir desses outros títulos, surgem razões inteiramente justas e legítimas para exigir algo além do valor devido no contrato. [nota]Denzinger, 2546–50.[/nota]

Logo após o aparecimento de *Vix pervenit*, ocorreu uma série de eventos, principalmente respostas de várias congregações romanas, que, para alguns, parecem constituir a repúdio da Igreja ao seu ensinamento constante até então. [nota]Para os desenvolvimentos no início do século XIX, veja Noonan, *A Análise Escolástica da Usura*, 377–82, e Cleary, *A Igreja e a Usura*, 168–77.[/nota] As decisões emanaram do Santo Ofício, da Penitenciária Sagrada ou da Sagrada Congregação de Propaganda, a partir de 1822, [nota]Algumas dessas são reproduzidas em Denzinger, 2743 e 3105–09.[/nota], algumas com a aprovação explícita do papa reinante. Elas foram dirigidas a confessores, e seu teor geral era o mesmo: as pessoas que exigissem juros sobre empréstimos dentro dos limites permitidos pela lei civil não deveriam ser perturbadas e não deveriam ser privadas da absolvição. Às vezes, era acrescentada a condição de que os penitentes deveriam estar preparados para se submeter a qualquer decisão futura da Santa Sé. Ao mesmo tempo, Roma nunca retratou a doutrina de *Vix pervenit* e até mesmo a reafirmou e a aplicou a toda a Igreja, como vimos acima. [nota]Além disso, em uma carta a um padre irlandês em 1823,

Roma reafirmou especificamente a doutrina da encíclica. Cleary, *A Igreja e a Usura*, 169–72.[/nota]

Após este período de aquiescência na prática de cobrar juros sobre empréstimos sem qualquer título extrínseco claro, chegamos aos tempos mais recentes, onde a primeira coisa a ser mencionada é a condenação da usura em 1891 por Leão XIII na encíclica *Rerum novarum*.

A usura voraz aumentou o mal [da competição desenfreada, etc.], o qual, mais de uma vez condenado pela Igreja, é, no entanto, praticado, sob uma forma diferente, mas de maneira semelhante, por homens ávidos e gananciosos. [nota]Esta é a seção 2 da tradução Paulist, conforme publicada em *Sete Grandes Encíclicas* e em outros lugares. O texto latino diz, "*Malum auxit usura vorax, quae non semel Ecclesiae judicio damnata, tamen ab hominibus avidis et quaestuosis per aliam speciem exercetur eadem.*" A caracterização da usura como "voraz" era tradicional e remonta pelo menos ao poeta romano Lucano, *Pharsalia*, livro I, 181.[/nota]

Embora Leão não explique o que ele quer dizer com “sob uma forma diferente,” acho que é claro que o que ele chama de usura é simplesmente aquilo que a Igreja sempre entendeu por usura, especialmente porque ele afirma que ela foi “mais de uma vez condenada.” Assim, podemos ver isso como uma simples reafirmação da doutrina tradicional, como anteriormente declarado em *Vix pervenit*.

Então, o Código de Direito Canônico de 1917 (cânon 1543) diz:

Se uma coisa fungível for dada a alguém de tal maneira que se torne sua, e depois deva ser devolvida apenas na mesma espécie, nenhum ganho pode ser recebido em razão do próprio contrato; mas no pagamento de uma coisa fungível, não é, em si, ilícito contratar o ganho permitido pela lei, a menos que seja claro que este seja excessivo, ou mesmo para um ganho maior, se um título justo e adequado estiver presente. [nota]As notas de rodapé do cânon 1543 referem-se aos decretos do Lateranense V, à encíclica *Vix pervenit*, e às decisões das congregações romanas sobre usura de 1821 e 1878. Claro, o Código de 1917, já que foi abrogado pelo Código de 1983, agora é simplesmente um testemunho do entendimento oficial da doutrina da época.[/nota]

Aqui novamente vemos uma reafirmação da doutrina de *Vix pervenit*, seguida, é verdade, por palavras que parecem negar grande significância à doutrina. Finalmente, na muito recente encíclica de Bento XVI, *Caritas in veritate* (2009), na seção 65, depois de notar a necessidade de reorientar o setor financeiro em direção ao bem comum, o papa menciona duas vezes a proteção e a defesa “dos mais vulneráveis” ou dos “membros mais fracos da sociedade” contra a usura. [nota]Assim como o Papa Leão, Bento não diz o que ele quer dizer com o termo "usura". Mas há razões para se pensar que ele tinha em mente a noção histórica, em vez da moderna. Na mesma seção da encíclica, a versão em inglês, ao falar da "experiência de microfinanças", menciona "o nascimento do penhor". Isso pode parecer uma coisa estranha de se mencionar até se olhar o texto latino da encíclica, bem como as versões nas línguas românicas (todas disponíveis no site do Vaticano). Em vez de "o nascimento do penhor", o texto latino tem "de Montibus Pietatis

constitutis", enquanto o francês tem "la création des Monts de Piété", o italiano, "alla nascita dei Monti di Pietà", e o espanhol, "el origin de los Montes de Piedad". Claramente, o Papa Bento estava pensando nas condições e instituições medievais nesta seção.[/nota] Mas agora, vamos concluir nosso tratamento histórico e iniciar uma discussão sobre se e como a doutrina da usura ainda obriga as consciências hoje.

Sem dúvida, a vasta maioria daqueles que têm algum conhecimento sobre a questão da usura diria que houve pelo menos alguma mudança ou evolução no ensino da Igreja, por mais que tentem explicá-la de diferentes maneiras. Pois, certamente, parece que a usura já não é mais um pecado do qual os cristãos precisem se preocupar. Mas há algo curioso em afirmar que o ensino da Igreja mudou. Quando isso aconteceu? Quando a usura, no sentido que entendemos aqui, deixou de ser um pecado? Se olharmos para a primeira metade do século XIX como o melhor período para localizar tal mudança, não encontramos nenhuma declaração da Igreja nesse período que afirme algo sobre repudiar o ensino de *Vix pervenit*, mas, ao contrário, como vimos. Em *Rerum Novarum*, temos um lembrete direto sobre o mal da usura, no Código de 1917 uma afirmação clara da doutrina medieval em toda a sua rigidez, seguida de qualificações cujo significado e importância veremos mais adiante, e, mais recentemente, outra denúncia da usura em *Caritas in Veritate*. Mesmo John Noonan, em um artigo escrito expressamente para provar que houve mudanças, ou desenvolvimentos, como ele os chamou, na doutrina moral, admite: "Formalmente, pode-se argumentar que a antiga regra sobre usura, interpretada de forma restrita, ainda se mantém: ou seja, nenhum lucro de um empréstimo pode ser obtido sem um título justo para esse lucro." [nota] "Development in Moral Doctrine," *Theological Studies* 54, n.º 4 (dezembro de 1993): 663.[/nota] É verdade que ele continua, "em termos de ênfase, perspectiva, prática, a antiga regra da usura desapareceu." O que isso significa e o que, se algo, pode ou deve ser feito a respeito, discutiremos posteriormente. Mas não acho que haja qualquer dificuldade especial em afirmar que o ensinamento do Papa Bento XIV de 1745 ainda tem validade hoje. Pode-se certamente encontrar uma negligência prática quase universal da questão da usura, mas é em vão procurar encontrar que a Igreja tenha revogado, abrogado ou alterado substancialmente seu ensino sobre a usura. Algo, é claro, ocorreu, e isso tentaremos entender e explicar, mas ninguém deve hesitar em proclamar a doutrina de *Vix pervenit* como a doutrina da Igreja Católica.

Vimos que, a partir do século XVI, o interesse começou a ser rotineiramente justificado nos empréstimos por um ou mais títulos extrínsecos, e que, aproximadamente na mesma época, o *contractus trinus* e o *census* ofereciam ao credor praticamente a mesma segurança que ele poderia procurar em um simples empréstimo com juros. Além disso, no final do século XVI, esses contratos nem precisavam ser corretamente elaborados para evitar o estigma da usura, pois uma boa intenção implícita era amplamente aceita como suficiente. Não há dúvida de que os teólogos, bem antes do século XIX, enquanto formalmente sustentavam a condenação da usura, permitiam muito do que seus predecessores medievais teriam olhado com desconfiança. [nota] Por exemplo, Tomás de Aquino havia negado o *lucrum cessans* devido à qualidade meramente especulativa do ganho perdido. Veja *Summa Theologiae* II-II, q. 78, a. 2, ad 1.[/nota] Embora em alguns casos esses desenvolvimentos tenham sido sancionados por Roma, nem todos o foram. A verdadeira mudança, não na doutrina, mas na aplicação dessa doutrina à vida econômica, ocorreu durante esses séculos e não nas décadas de 1820 ou 1830. Tentemos entender o que aconteceu.

Quando lemos as análises sutis da usura feitas pelos teólogos da era Barroca, não podemos deixar de ficar impressionados com seus esforços meticulosos. No entanto, a crescente complexidade da

vida comercial tornou difícil afirmar com certeza o que era e o que não era usura. Mesmo no século XV, Fra Santi (Pandolfo) Rucellai, que havia sido banqueiro antes de ingressar na ordem dominicana e que, a pedido de Savonarola, escreveu um tratado sobre a moralidade da troca bancária, foi incapaz de dar uma opinião definitiva sobre certos pontos. [nota] Noonan, *The Scholastic Analysis of Usury*, 317.[/nota] E as coisas não melhoraram à medida que o tempo passava e os contratos e práticas comerciais se tornavam mais exóticos. No início do século XIX, ou assim me parece, as autoridades romanas basicamente desistiram e decidiram que era melhor permitir que os penitentes cobrassem taxas moderadas de juros sobre os empréstimos do que continuar analisando contratos e tomando decisões sobre questões cada vez mais opacas, especialmente porque, na maioria dos casos, provavelmente existia algum tipo de título justo para os juros. De modo geral, os moralistas e os livros de teologia moral começaram a se afastar do engajamento com os fatos da vida econômica. O Pe. John Cronin observa o seguinte:

"Os nossos textos de teologia moral estavam, em geral, desesperadamente desatualizados na aplicação dos princípios morais à vida econômica. Aparentemente, poucos moralistas sabiam o suficiente sobre os fatos econômicos para elaborar uma solução realista e completa. Assim, o ensino moral geralmente se restringia à justiça e injustiça óbvias e aos motivos claramente definidos." [nota] John F. Cronin, *Catholic Social Principles: The Social Teaching of the Catholic Church Applied to American Economic Life* (Milwaukee: Bruce, 1950), 44–45. Aparentemente, isso não era algo novo, pois Domingo de Soto (d. 1560) reclamava que poucos teólogos de sua época entendiam os detalhes do sistema bancário. Citado em Noonan, *The Scholastic Analysis of Usury*, 336.[/nota]

Em outras palavras, era mais fácil dizer que as pessoas envolvidas em transações cuja natureza usurária fosse duvidosa não deveriam ser perturbadas, do que tentar aplicar os princípios da doutrina da usura aos fatos complexos da situação ou, ainda menos, fazer os esforços gigantescos necessários para orientar a economia longe da especulação financeira e da ênfase no enriquecimento individual, em direção a uma economia baseada na produção para o uso e no reconhecimento das reivindicações da sociedade como um todo.

Essa mudança na abordagem da Igreja sobre a usura não passou despercebida. Diversos autores explicaram-na de várias maneiras, argumentando, geralmente, que nos tempos modernos a natureza da atividade econômica ou a função do dinheiro diferiam essencialmente do que existia na Idade Média. [nota] Francis X. Funk, no meio do século XIX, sugeriu uma explicação baseada no uso alterado do dinheiro. Cf. Noonan, *The Scholastic Analysis of Usury*, 385–87. Heinrich Pesch propôs que a "expansão da produção e do comércio" e o fato de que "qualquer um que tenha os fundos necessários à disposição poderia participar ativamente da vida comercial" justificavam a cobrança rotineira de juros. *Lehrbuch der Nationalökonomie/Teaching Guide to Economics*, traduzido por Rupert J. Ederer (Lewiston: Edwin Mellen, c. 2003), vol. 5, livro 2, 197–99. John A. Ryan afirmou: "O dinheiro em um empréstimo [hoje] é economicamente equivalente a, ou conversível em, capital concreto" (*Distributive Justice*, 3ª ed. [Nova York: Macmillan, 1942], 124).[/nota] Na nossa última seção, tentaremos entender o que realmente aconteceu ao tentarmos compreender o que o ensino da Igreja sobre a usura deve significar para os cristãos hoje.

Argumentação em Apoio à Doutrina Escolástica

Antes de prosseguir para analisar o significado para nós hoje da proibição da usura pela Igreja, quero argumentar novamente em favor da correção do ensino de Vix pervenit, com base na argumentação de Santo Tomás, que vê a natureza consumível do dinheiro como o ponto chave. Faço isso para que possamos abordar a questão do significado da regra da usura com uma avaliação positiva da doutrina escolástica e considerá-la como algo que deve ser compreendido, em vez de desconsiderado como uma relíquia do passado.

Podemos lembrar que, já no Ejiciens, os pensadores haviam distinguido entre algo emprestado que "se deteriora no uso" e algo que, "quando emprestado, não é nem diminuído nem deteriorado". [nota] Observei acima que Santo Tomás rejeitou o argumento do "desgaste"; no entanto, este argumento me parece o melhor motivo pelo qual é lícito cobrar pelo uso de algo como uma casa, cuja posse é separável do seu uso. [/nota] O dinheiro é certamente o representante mais comum da última classe, mas não é o único. Como vimos, Santo Tomás baseou sua argumentação na classe mais geral das coisas consumíveis. E acho que, se olharmos para consumíveis mais humildes, como comida ou bebida, podemos abordar a questão de uma nova forma e entender melhor a doutrina da Igreja. Vamos considerar a seguinte analogia.

Suponhamos que temos um pequeno empresário que possui um serviço de buffet, fornecendo comida e bebida. Suponhamos ainda que todos os suprimentos que acompanham a comida e bebida sejam descartáveis, como garfos plásticos, guardanapos de papel, etc., de modo que não haja nada que ele forneça aos seus clientes que precise reutilizar. Agora, o que ele pode cobrar lícitamente de seus clientes? Pelo custo de reposição da comida e bebida e dos outros suprimentos descartáveis, certamente. Além disso, ele pode cobrar de cada cliente uma parte dos custos fixos de seu negócio, incluindo aluguel, utilidades, etc., sua van de entrega, salários de quaisquer funcionários, pagamentos de juros legítimos que precise fazer e "uma recompensa pelo seu trabalho de organização e direção, e pelo risco que ele assumiu". [nota] Ryan, Distributive Justice, 176. [/nota] Mas, no que se refere à comida e outros consumíveis que ele fornece, é difícil ver como ele pode cobrar de um cliente mais do que o valor comprado. Se ele fornecer 100 garrafas de vinho, o bufê pode cobrar o que custa para repor um vinho de tipo e quantidade semelhantes. Qualquer cobrança adicional ao cliente deve vir de outros títulos que mencionei acima, como os custos incidentais à operação de seu negócio e os salários de seus empregados e de si mesmo.

O último item é o que geralmente se chama de lucro, um termo que é frequentemente usado de forma vaga e imprecisa. Como vemos aqui, Ryan o reduz ao trabalho do proprietário, mais suas habilidades empreendedoras e riscos. Não é um convite em aberto para cobrar o quanto o mercado puder suportar, mas, em vez disso, deve existir algum título de justificação, como Ryan enumera aqui. Visto dessa forma, a limitação do reembolso pelos consumíveis vendidos parece óbvia. Claro que o bufê não pode cobrar por 110 garrafas de vinho se ele entregou apenas 100. Seu lucro, na realidade, é seu salário e a compensação pelo risco, etc., e não é obtido à custa de esperar mais em troca do que ele forneceu.

Agora podemos aplicar facilmente essa analogia aos empréstimos de mutuum. Supondo que alguém esteja no negócio de fazer empréstimos, então despesas similares poderiam ser justas ao serem cobradas dos clientes. Os montes pietatis agiram de forma semelhante. Claro que os montes não tinham fins lucrativos no sentido de que pretendiam ganhar mais do que suas despesas, incluindo salários. Mas, de acordo com a análise de Ryan sobre o negócio, nenhum negócio é

lucrativo no sentido de que pode procurar, de forma justa, lucros tão amplos quanto conseguir. O proprietário pode buscar um "retorno pelo seu trabalho de organização e direção, e pelo risco que ele assumiu". Embora não se possa calcular esse retorno com exatidão matemática, também não se pode manter que ele não tenha um limite teórico. [nota] "A grande maioria dos empresários em indústrias competitivas não recebe rendimentos acima das suas necessidades razoáveis. Seus lucros não superam notavelmente os salários que poderiam receber como gerentes contratados e, geralmente, não são mais do que suficientes para reembolsá-los pelo custo da educação e treinamento empresarial, permitindo-lhes viver de acordo com o padrão de vida ao qual se acostumaram" (Ryan, *Distributive Justice*, 190). [/nota] E mesmo que alguém argumentasse que não deve haver limite para esse retorno pelo trabalho, habilidade e risco, isso ainda não é o mesmo que dizer que a usura pela atividade de empréstimo em si pode ser tomada, pois vimos que aqui o empresário só pode exigir a mesma quantidade do bem consumível que ele forneceu, "a igualdade do que é dado e retornado", como ensinou Bento XIV.

Claro que, no caso do nosso bufê, ele recebe o pagamento imediato ou quase imediato pela sua despesa com comida e outros consumíveis. Um empréstimo, no entanto, geralmente é pago depois de um período de tempo, ou gradualmente durante esse período. O credor não tem direito a alguma compensação por conta desse atraso? Não, pois "a simples diferença de tempo por si só não causa uma diferença de valor. Deve-se adicionar a possibilidade de ganhar um lucro no período intermediário". [nota] Pesch, *Lehrbuch der Nationalökonomie/Teaching Guide to Economics*, vol. 5, bk. 2, 200. [/nota] Em outras palavras, é necessário ter um título como *lucrum cessans* ou *damnum emergens* para justificar o recebimento de juros, pois o simples fato do atraso, por si só, não equivale ao direito de contratar mais do que o valor principal. [nota] Outra forma de olhar para esse exemplo que leva à mesma conclusão é considerar um *mutuum* de dinheiro como uma venda. Assim como no caso do bufê, que fornece 100 garrafas de vinho e recebe como parte do seu pagamento o preço das 100 garrafas, nem mais nem menos, se olharmos para o dinheiro emprestado como uma venda de dinheiro, vemos que o preço de \$100 é obviamente \$100. Quaisquer outros encargos justos vêm dos mesmos títulos que o bufê tinha, como despesas fixas, salários, etc. Para o produto fornecido, o dinheiro, só se pode cobrar o que ele vale, que é sempre o seu valor nominal. [/nota]

Argumentei tanto que a Igreja não mudou seu ensino sobre usura quanto que se pode fazer um argumento razoável pela validade da injustiça intrínseca da usura em si. Em ambos os pontos, parece-me que o consentimento ao ensino escolástico não é onde reside a verdadeira dificuldade. Ela está em outro lugar, na questão: o que isso significa? Ou, melhor, tem algum significado além de ser um formalismo vazio e antiquado? Supondo que aceitemos pelo menos alguns dos títulos extrínsecos e outras práticas que surgiram durante o Renascimento, a adesão à proibição da usura hoje faria alguma diferença real em nossas práticas econômicas e legais?

Aplicação da teoria da usura nas economias contemporâneas

Se o que eu disse está correto—se, com base tanto em argumentos de razão quanto na falha em encontrar qualquer evidência de que a Igreja tenha revogado seus ensinamentos papais e conciliares sobre a usura, é o caso de que "a lei que rege os empréstimos consiste necessariamente na igualdade do que é dado e retornado"—então existem duas questões principais que nos concernem nesta última seção. Em primeiro lugar, voltando ao meu título, A usura ainda é um

pecado?, precisamos perguntar qual efeito o mal intrínseco da usura deve ter na conduta moral do cristão. Há algo que os cristãos devem fazer ou evitar em seu comportamento financeiro ou econômico em razão da pecaminosidade da usura? Em segundo lugar, qual o significado da usura em uma economia irremediavelmente entrelaçada com todos os tipos de transações com juros, como uma prática comum e sem qualquer consideração por um título justificativo? Considerando que, por séculos, teólogos acharam fácil justificar a maioria das formas de juros, estamos comprometendo a Igreja com um anacronismo ridículo, uma relíquia do passado? Estamos desejando um formalismo tolo para justificar algo que é mais fácil e honesto chamar simplesmente de juros sobre um empréstimo?

Quanto à nossa primeira questão, à luz das diversas decisões romanas do século XIX e do Código de 1917, ninguém pode ser condenado por cobrar a taxa de juros legal ou costumeira sobre um empréstimo, desde que não seja excessiva. A razão para isso, como argumentei acima, é que a complexidade das finanças modernas torna mais seguro simplesmente permitir juros moderados do que se envolver em tentativas provavelmente infrutíferas de determinar a presença ou ausência de títulos extrínsecos. A Igreja presume que esses títulos existam em geral e faz o julgamento de que, mesmo que em alguns casos eles não existam, é melhor, por causa das consciências, ignorar esse fato. Além disso, o remédio sempre existe, pois é possível fazer restituições por meio da caridade caso um penitente se sinta angustiado ou haja um caso bem fundamentado e provável de usura real.

É claro que deveria ser evidente que as taxas de juros de agiotas e outros que oferecem empréstimos de "salário" ou similares, que podem chegar a 500% ao ano, claramente não têm justificativa em qualquer título extrínseco, e nenhum católico pode ter algo legalmente a ver com tais empréstimos. Nota: "Taxas de juros ainda mais altas não são incomuns, como o caso de um agiota de Indiana que ofereceu um empréstimo de \$100 com juros de \$20 por dia—uma APR de 7.300%" (John Skees, "The Resurrection of Historic Usury Principles for Consumption Loans in a Federal Banking System", *Catholic University Law Review* 55, n° 4 [verão de 2006]: 1132). Até meados da década de 1970, as leis estaduais de usura fixavam um limite de 10%, e o modelo do Código Uniforme de Crédito ao Consumidor propôs um máximo de 18% (Lawrence P. Galie, "Indexing the Principal: the Usury Laws Hang Tough", *University of Pittsburgh Law Review* 37, n° 4 [verão de 1976]: 764). Tais usuras são uma ofensa séria contra a justiça e deveriam ser rigorosamente proibidas pela lei civil. Infelizmente, desde 1978, nos Estados Unidos, as decisões judiciais e a gradual revogação das leis estaduais que regulamentavam a usura permitiram que tais injustiças flagrantes prosperassem. Nota: A decisão da Suprema Corte de 1978, *Marquette National Bank v. First of Omaha Service Corp.*, 439 U.S. 299, tornou inevitável a eventual extinção das leis estaduais que regulavam as taxas de juros.

As decisões eclesiásticas da década de 1820 e 1830 foram dirigidas aos confessores e não tinham a intenção de mudar a doutrina da usura conforme expressa na *Vix pervenit*. Assim, embora ninguém possa ser criticado por cobrar juros moderados, penso que em alguns casos é possível detectar a presença de usura nos juros modernos. Por exemplo, embora seja certamente correto afirmar que hoje em dia há normalmente oportunidade para investimentos produtivos, e que, portanto, aqueles que emprestam dinheiro mas que, de outra forma, o investiriam de alguma forma, têm direito a cobrar *lucrum cessans* (lucro cessante), essa linha de raciocínio nem sempre se aplica. Em certos casos de depressão ou recessão, "as expectativas de lucro dos empresários provavelmente serão tão baixas que eles não empregariam homens e máquinas em novos projetos

de investimento, mesmo que pudessem pegar emprestado temporariamente a uma taxa de juros zero". Nota: Paul Samuelson, *Economics*, 9ª ed. (Nova York: McGraw-Hill, 1973), p. 336. Nessas situações, "algumas economias seguirão o caminho estéril do consumo financiado por dívida, com eventual pagamento às custas do consumo atual". Nota: John F. Cronin, *Economics and Society* (Nova York: American Book Co., 1939), p. 131. Em outras palavras, em tais situações, a falta de demanda por consumo torna o gasto em investimento produtivo não lucrativo, então é provável que alguém emprestando dinheiro a mutuum (empréstimo de dinheiro) não esteja realmente renunciando ao lucro do investimento, pois nenhum lucro é esperado no momento. Assim, quando há um excesso de economias sem um destino lucrativo, dificilmente é conforme o bem comum recompensar aqueles que optam por emprestar oferecendo-lhes uma taxa de juros baseada em um custo de oportunidade meramente hipotético.

Devemos lembrar que, uma vez que os títulos extrínsecos nunca receberam aprovação oficial, exceto como compensação por oportunidades de investimento perdidas, "eles nunca podem ser apresentados como justificativa para um sistema geral de empréstimos baseado em motivos de lucro". Nota: John P. Kelly, *Aquinas and Modern Practices of Interest Taking* (Brisbane: Aquinas Press, 1945), p. 33. Assim, parece difícil justificar *lucrum cessans* para aqueles que não têm verdadeira intenção de fazer investimentos, simplesmente porque tais oportunidades estão prontamente disponíveis a todos. E quanto aos poupadores comuns que desejam colocar seu dinheiro em contas de poupança seguradas em bancos e que, devido à inexperiência ou ao medo de perdas, não desejam investir em empreendimentos comerciais, nem mesmo comprar ações ou fundos mútuos? Eles não estão sofrendo uma verdadeira perda de receita de investimento devido ao empréstimo de seu dinheiro ao banco, já que, caso contrário, poderiam simplesmente esconder o dinheiro debaixo do colchão. Não vejo como a mera possibilidade teórica de que poderiam obter ganhos com investimentos se aplica a eles, já que são avessos ao risco para tal. Podem, portanto, reivindicar licitamente juros sobre contas bancárias e sob qual título? Creio que há razão para considerar tais juros justos, mas não é um dos títulos extrínsecos aprovados pelos teólogos. O simples fato da inflação parece justificar o pagamento por parte do banco.

"Quem recebe um empréstimo de dinheiro... não é obrigado a devolver mais do que recebeu pelo empréstimo" — mas com nossa capacidade de monitorar o nível de inflação na economia, percebemos que o dinheiro deixado de lado, como no caso do colchão, diminuirá de valor. Portanto, o pagamento para cobrir a inflação por dinheiro depositado em um banco ou cooperativa de crédito parece justo.

Além disso, parece possível distinguir de forma aproximada uma taxa de juros justa, sendo que qualquer valor acima disso seria usura. Se considerarmos a taxa de juros dos títulos do governo, historicamente o investimento mais seguro possível, como isento de risco para todos os efeitos práticos, podemos então examinar outras taxas de juros à luz disso. A seguinte análise se refere às taxas de juros na Austrália. Por exemplo, em 5 de janeiro de 2002, a taxa dos títulos do governo para dez anos era de 5,21%, enquanto as hipotecas residenciais eram de 6,3% e a inflação estava em torno de 2,5%. A diferença entre as taxas de hipoteca e os títulos do governo, de cerca de 1,1%, era devido ao risco de emprestar para compradores de imóveis em comparação com o governo. Ao subtrair a inflação, a taxa de juros dos títulos do governo é reduzida para cerca de 2,7%, que é conhecida como a taxa real de juros.

Essa análise justifica o juro pago sobre os títulos do governo apenas com base na inflação, aparentemente sem considerar a presença ou ausência de qualquer título extrínseco. No entanto, sugere uma forma interessante de abordar a questão. Outra forma de análise é lembrar que os juros legítimos são compensação por uma oportunidade de investimento perdida. Assim, uma taxa justa de juros poderia ser formulada com base no retorno esperado de um investimento do qual o credor teve a oportunidade de lucrar, assumindo que fosse possível especificar uma taxa geral de lucro para qualquer lugar e momento. Abstraindo-se da regulamentação estatutária dos juros, e de qualquer despesa especial ou risco de perda incorrido pelo credor... o critério [de uma taxa justa de juros] é a taxa justa de lucro do investimento. Isso não significa que a taxa justa de juros seja exatamente a mesma que a taxa justa de lucro... [pois] os lucros de qualquer negócio são, pelo menos em parte, devidos às atividades daqueles que o estão administrando; e também o investimento comum envolve riscos financeiros que não são inerentes aos empréstimos de dinheiro. Consequentemente... a taxa justa de juros será menor do que a taxa justa de lucro. Quanto menor? Evidentemente, tanto quanto corresponder à vantagem diferencial de emprestar em vez de investir.

Devemos lembrar que "o mundo moderno... ordenou seus assuntos econômicos com pouca referência a escrúpulos morais, e em tal mundo é extremamente difícil avaliar as implicações morais dos contratos de empréstimo." Frequentemente, concordamos com a confissão de T.S. Eliot: "Parece-me um pequeno usurário em um mundo manipulado em grande parte por grandes usurários." O ponto desses últimos exemplos é simplesmente que, mesmo em uma economia que dá e recebe juros como algo corriqueiro, podemos às vezes distinguir o que pode ser um juro legítimo do que provavelmente é usura. Embora a prática da Igreja nos últimos duzentos anos tenha sido de não perturbar as consciências sobre o assunto, isso não significa que haja algo de errado em discutir o tema e tentar identificar a usura onde ela está presente. Uma maior conscientização do mal e da onipresença da usura hoje (cf. *Rerum novarum*) não pode deixar de ajudar os cristãos a se tornarem mais conscientes de algo que para os nossos antepassados foi um dos maiores pecados.

Outro benefício da discussão sobre a presença de usura nas transações financeiras de hoje é que ela pode levar a medidas para estabelecer instituições que evitem ou minimizem a usura. Um meio possível de superar a exploração de empréstimos, por exemplo, seria uma instituição com alguma semelhança com os montes pietatis medievais, o crédito cooperativo. Um banco comercial tem acionistas que esperam receber um retorno sobre seu investimento. Se estabelecer um banco comercial puder ser considerado uma atividade legítima de investimento, então algum retorno para os acionistas do banco é justo. Mas, ainda assim, o que os acionistas recebem deve ser pago por meio de taxas de juros mais altas sobre os empréstimos e maiores taxas bancárias. Isso não ocorre com as cooperativas de crédito, que não são instituições lucrativas nesse sentido. Claro, elas pagam salários aos seus empregados, como faziam os montes pietatis, e para as despesas necessárias para fornecer os empréstimos.

Um tópico muito importante que o espaço me impede de abordar é a questão do dinheiro criado pelos bancos. Embora fosse possível que o sistema bancário funcionasse de outra maneira, o nosso opera criando dinheiro como dívida. A maior parte da oferta de dinheiro hoje em dia se origina dessa forma. O sistema bancário cria dinheiro do nada e, no entanto, os bancos cobram juros sobre esse dinheiro à medida que o emprestam aos mutuários. Quase todo o juro sobre esses

empréstimos parece ser nada mais do que usura. Veja Rupert J. Ederer, "Is Usury Still a Problem?", *Homiletic & Pastoral Review* 84, n.º 11–12 (agosto-setembro de 1984): 18–20.

Hoje, as únicas instituições financeiras que operam com o objetivo de evitar a usura completamente são os bancos islâmicos. Os bancos islâmicos afirmam engajar-se em acordos de compartilhamento de risco com seus mutuários, embora haja alguma disputa sobre se, de fato, eles fazem isso tanto quanto afirmam. Veja Timur Kuran, "Islamic Economics and the Islamic Subeconomy," *Journal of Economic Perspectives* 9, n.º 4 (outono de 1995): 155–73. Kuran afirma que a ideia de um banco islâmico surgiu com Maududi (ou Mawdudi), um teórico muçulmano indiano/paquistanês do meio do século XX. Mas veja as duas bibliografias sobre bancos islâmicos, parte de uma bibliografia sobre a lei islâmica, a primeira das quais lista trabalhos anteriores à atividade de Maududi: *Law Library Journal* 78, n.º 1 (inverno de 1986); a seção sobre bancos islâmicos está nas páginas 161–162. A atualização apareceu na mesma revista, vol. 87, n.º 1 (inverno de 1995); a seção sobre bancos aparece nas páginas 122–125.

Se a usura é injusta, por que os cristãos não estão tão ativos em promover esse tipo de instituição financeira como os muçulmanos? Vamos, em conclusão, analisar brevemente algumas outras práticas financeiras e instituições que os cristãos poderiam promover, caso recuperássemos o zelo pela justiça econômica que caracterizou os católicos em um período anterior.

Toda a doutrina cristã da propriedade com suas responsabilidades de posse, que o mundo moderno esqueceu, está ligada a esta questão do dinheiro e da cobrança de juros sobre ele. Se estou em posse de dinheiro, estou em posse de algo que é vital para a sociedade em que vivo. Eu, como cristão, portanto, tenho responsabilidades bem definidas com relação à posse desse dinheiro. A moralidade cristã não conhece nenhuma teoria de propriedade incondicional e absoluta de qualquer tipo. A propriedade deve ser usada de acordo com seu verdadeiro fim e propósito, e no caso do dinheiro, esse verdadeiro fim e propósito é como meio de troca. Portanto, a retenção indevida desse dinheiro para fins de obter lucro esperando é um uso indevido da propriedade.

Tal doutrina do dinheiro é semelhante à doutrina de Paulo VI sobre a propriedade em *Populorum progressio*.

"[A] propriedade privada não constitui para ninguém um direito absoluto e incondicionado. Ninguém está justificado em manter para seu uso exclusivo o que não necessita, quando outros carecem do necessário... Se certas propriedades fundiárias impedem a prosperidade geral porque são extensas, não usadas ou mal usadas, ou porque causam dificuldades às pessoas ou são prejudiciais aos interesses do país, o bem comum às vezes exige sua expropriação."

Claramente, a expropriação de fundos que estão sendo usados meramente em usura ociosa deve ser um último recurso, e normalmente a lei usará incentivos financeiros e penalidades para direcionar esses fundos a usos mais de acordo com o bem comum. Mas nenhum católico deve ter medo de reconhecer que "a autoridade pública, em vista do bem comum, pode especificar mais precisamente o que é lícito e o que é ilícito para os proprietários de bens no uso de suas posses."

(Pio XI, Quadragesimo anno, 49 (tradução Paulist).)

Uma sociedade cristã, então, ao proibir completamente a verdadeira usura e ao proibir ou desestimular os tipos de contratos que, durante o Renascimento, ajudaram a enfraquecer a proibição da usura tanto entre teólogos quanto mercadores, buscaria direcionar o dinheiro para seu uso adequado. Alguma forma de cooperativa de crédito poderia ser suficiente para fornecer financiamento para empréstimos ao consumo não produtivo. A demanda por crédito comercial poderia ser atendida quer por comerciantes desviando fundos de investimentos e legitimamente reclamando o *lucrum cessans*, ou por alguma forma de cooperativa de crédito comercial gerida por associações de empresas.

Assim como na Grande Depressão da década de 1930, agora também os eventos estão forçando teólogos e moralistas a voltarem sua atenção para a economia. Mas, na realidade, os católicos deveriam ter um senso tão vívido das exigências da lei moral em relação à economia quanto têm em relação à sexualidade ou à guerra.

Na Idade Média, considerava-se como dado que a lei de Deus se aplicava à totalidade da vida. A ideia de um duplo padrão moral, com um código rígido para a vida privada e um mínimo de obrigação moral para os negócios e a vida pública, é uma inovação baseada no individualismo filosófico e religioso do século XVIII. (Cronin, *Catholic Social Principles: The Social Teaching of the Catholic Church Applied to American Economic Life*, 43.)

Por mais distantes que estejamos hoje de uma sociedade cristã ou de uma economia cristã, o objetivo de "imprimir a lei divina nos assuntos da cidade terrena" está sempre presente. (*Gaudium et spes*, 43.)

Em relação à usura, a Igreja tem sido clara ao expor um princípio, um princípio que, é verdade, deve ser aplicado de forma inteligente às complexas circunstâncias da vida financeira, mas que, ainda assim, é um padrão tanto para a conduta individual quanto social. A doutrina sobre usura estabelece um objetivo social, e mesmo que não possamos alcançá-lo plenamente agora, existem vários objetivos intermediários que podemos trabalhar para implementar.